OMR
Observatório do Meio Rural

OBSERVADOR RURAL
Nº 161
Novembro 2025

DOMINAÇÃO, COLABORAÇÃO E CONFLITO NA HISTÓRIA DO EXTRACTIVISMO DE CABO DELGADO

João Feijó e Aslak Orre

O documento de trabalho *(Working Paper) OBSERVADOR RURAL* é uma publicação do Observatório do Meio Rural. É uma publicação não-periódica acedível em Publicações/*OBSERVADOR RURAL* no *site* do OMR (www.omrmz.org).

Os objectivos do *OBSERVADOR RURAL* são:

- Reflectir e promover a troca de opiniões sobre temas da actualidade moçambicana e assuntos internacionais.
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, de pesquisas e reflexões sobre temas relevantes do sector agrário e do meio rural.

O *OBSERVADOR RURAL* é um espaço de publicação destinado principalmente a investigadores e técnicos que pesquisam, trabalham ou que tenham algum interesse pela área objecto do OMR, e pode incluir trabalhos para publicação propostos por cidadãos externos ao OMR, nacionais ou estrangeiros.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito, o Observatório do Meio Rural, nem os seus parceiros ou patrocinadores.

Os textos publicados no *OBSERVADOR RURAL* estão em forma de *draft*. Os autores agradecem contribuições para aprofundamento e correcções, para a melhoria do documento.

DOMINAÇÃO, COLABORAÇÃO E CONFLITO NA HISTÓRIA DO EXTRACTIVISMO DE CABO DELGADO[1]

João Feijó e Aslak Orre[2]

RESUMO

Uma longa história de indústrias e actividades extractivas moldou as sociedades do norte de Moçambique, e a província de Cabo Delgado em particular. Durante séculos, a crescente procura internacional de recursos locais teve um grande impacto nas micro-sociedades do norte. A procura de mão-de-obra barata e de recursos naturais (marfim, o algodão, madeira, rubis, terra, gás e outros) envolveu milhares de actores locais na sua extracção, reproduzindo sistemas de poder local. A persistência da pobreza, da desigualdade e dos conflitos, bem como da violência latente e, por vezes, em grande escala, insere-se numa tendência de longo prazo do extractivismo. Através de uma abordagem histórica e de observações no terreno, centramo-nos na economia política da extracção de recursos naturais.

Destacamos os padrões básicos persistentes de extractivismo que acompanharam a integração de Moçambique nos mercados globais, e que continuaram, ou mesmo se aprofundaram, no período pós-independência. Estas actividades são orientadas para os mercados externos. São instigadas pelo investimento estrangeiro, mas são invariavelmente levadas a cabo em colaboração com uma cadeia de guardiões nacionais.

Num sistema clientelista, as elites locais recorrem à sua proximidade com o Estado para reproduzir o seu poder, muitas vezes à custa da expropriação do Estado. A fragilidade das instituições do Estado tem o efeito funcional de reproduzir as elites, servindo também os interesses do capital extractivista. Contudo, é um sistema com muitas e profundas contradições, produzindo conflitos e violência, que também colocam recorrentemente em risco esses interesses.

Palavras-chave

Moçambique, Cabo Delgado, maldição dos recursos, guerra, violência, insurreição, extractivismo"Estimamos que a Estrela de Fura seja vendida em mais de 30 milhões de dólares [...]. Esperamos poder vê-la a estabelecer um novo recorde para os rubis de Moçambique".

Uni Kim, especialista do departamento de joalharia da Sotheby"s, Hong Kong, sobre a pedra desenterrada da mina de rubis da empresa mineira Fura, em Montepuez, em Julho de 202[3]

---

[1] A pesquisa subjacente a este capítulo fez parte de um projecto do Instituto Chr. Michelsen (www.cmi.no) intitulado 'Cabo Delgado: Conflito, Resiliência e Reconstrução', e financiado por uma bolsa do Conselho de Pesquisa da Noruega. Este é um artigo publicado em KRONOS southern african histories, Maio 2024, volume 50.

[2] João Feijó é pesquisador no Observatório do Meio Rural e Aslak Orre também pesquisador do Instituto Chr. Michelsen

[3] Ver "Sotheby's to auction world's largest ruby in New York in June", Reuters, 17 de Abril de 2022, https://www.reuters.com/lifestyle/ sothebys-auction-worlds-largest-ruby-new-york-june-2023-04-17/

O povo de Montepuez, sofremos, sofremos, sofremos. Todos batem-nos. Os guardas de segurança das minas de rubis batem-nos. A polícia bate-nos. As forças armadas batem-nos. As milícias [aliadas do Governo] batem-nos, os bandos de criminosos batem-nos... e agora estamos à espera que o Al-Shabaab bata-nos.

Mulher (67), activista comunitária do distrito de Montepuez em Cabo Delgado

1. UMA SOCIEDADE MOLDADA POR UMA HISTÓRIA DE EXTRACTIVISMO

Moçambique e Cabo Delgado foram palco de um prolongado *desenvolvimento rápido* de indústrias e actividades extractivas desde o final da década de 1990 - madeira, minerais, pedras preciosas, fauna africana e muito mais - coroado pela descoberta de gigantescos depósitos de gás natural ao largo da província. Contudo, a mercantilização em grande escala dos recursos naturais e humanos de Cabo Delgado para venda no mercado mundial tem lugar há centenas de anos, desde que as forças marítimas europeias e do Oceano Índico começaram a cobiçar os recursos das terras que hoje são Moçambique. Desde então, a extracção de recursos naturais tem moldado fortemente a sociedade da Província de Cabo Delgado, no norte de Moçambique. É uma sociedade dominada ao longo da história pelos interesses da máquina extractiva - com superintendentes apoiados por estrangeiros e elites locais como intermediários. Esta situação criou uma longa história de queixas e conflitos, com a violência a irromper regularmente. Os múltiplos efeitos sociais, económicos e políticos do extractivismo são indispensáveis para compreender a actual guerra na província.

Este artigo pretende mostrar os padrões da economia política da extracção extravertida de recursos e da produção de bens de Cabo Delgado e contribuir para os debates académicos sobre o extractivismo e os problemas dos recursos naturais e das economias baseadas na exportação de produtos de recursos naturais. Embora a interpretação histórica dos autores é informada e inspirada pelo recente trabalho de campo e por uma rede de contactos em Cabo Delgado, este artigo apoia-se fortemente numa leitura da literatura sobre a história moçambicana e de Cabo Delgado. Descrevemos a história do extractivismo de Cabo Delgado em três partes, cada uma tratando de um período histórico e das actividades extractivas que o caracterizaram: a primeira, trata do período colonial inicial e final; a segunda, discute o período imediatamente após a independência com o seu regime revolucionário e a guerra nacional; a terceira, trata do "período liberal" após o acordo de paz de 1992, caracterizado pelo mais recente desenvolvimento rápido das indústrias extractivas.

1.1 O recente desenvolvimento rápido das matérias-primas e os padrões do extractivismo

Pouco depois de a mais recente guerra de Moçambique ter eclodido na Província de Cabo Delgado, no norte do país, em 2017, analistas do jornalismo[4], grupos de reflexão e académicos recorreram à maldição dos recursos como um tropo favorito para o que estava a acontecer[5]. Havia muitos indícios de que as coisas estavam a correr mal no país. Enquanto os hotéis e os

[4] Ver, por exemplo, "The natural resource curse in Cabo Delgado", Mail & Guardian, 21 de Outubro de 2020, https://mg.co.za/ africa/2020-10-21-the-natural-resource-curse-in-cabo-delgado/.

[5] A. Armand et al., 'Does Information Break the Political Resource Curse? Experimental Evidence from Mozambique", *American Economic Review*, 110, 11, Novembro de 2020, 3431-53, https://doi.org/10.1257/aer.20190842; J. Hanlon, "Turning Mozambique into a Mafia, Resource-Cursed State", *The Round Table*, 110, 3, Maio de 2021, 405-6, https://doi.org/10.1080/00358533.2021.1932949.

restaurantes floresciam nas cidades, a desigualdade aumentava e a pobreza era persistente e teimosa, afectando a massa da população. Apesar da redução dos níveis médios de pobreza nacionais em alguns períodos, as províncias do Norte tendiam a ser mais pobres[6] O regime do partido no poder, a Frelimo, foi abalado por numerosos escândalos de corrupção - o pior dos quais foi o chamado escândalo das dívidas ocultas[7] - e Moçambique obteve resultados cada vez mais fracos nos índices internacionais de democracia e governação. Depois, em 2017, uma milícia jihadista, conhecida localmente como Machababo ou Al-shababi, começou a atacar as forças governamentais, depois aldeias isoladas e, mais tarde, sedes de distrito. A guerra que se seguiu, e que ainda está em curso, custou provavelmente milhares de vidas e expulsou cerca de um milhão de pessoas das suas casas[8] Em suma, para muitos parecia que Cabo Delgado estava a sofrer de uma maldição associada aos seus recursos.

Mas a maldição dos recursos continua a ser uma metáfora melhor para as tendências a nível global do que como um quadro explicativo para os fenómenos locais, e o termo induz vários pontos cegos. Um deles é que é a-histórico, uma vez que a teoria da maldição dos recursos tende a concentrar-se nas indústrias extractivas das últimas décadas - em Cabo Delgado, tipicamente no desenvolvimento incipiente de instalações para converter o gás *offshore* em GNL. Isto pode levar a tentativas desajeitadas de demonstrar ligações causais entre a indústria extractiva mais recente e mais conhecida e os conflitos e problemas actuais, tais como a insurgência jihadista[9] Também ignora que estes e muitos outros recursos sempre existiram ali e que a extracção de recursos em grande escala também tem ocorrido há muito tempo. A pobreza, a violência, as deslocações, a corrupção e os outros males associados à "maldição" também não são um fenómeno novo na província. Além disso, não são os recursos, mas são as relações humanas que regem a sua extracção que criam problemas. Evidentemente, a questão mais útil é sobre os mecanismos através dos quais a extracção de recursos provoca a miséria, de modo a desvendar a profundidade do problema. Precisamos, portanto, de estudar o extractivismo como uma prática social historicamente determinada, com as relações humanas envolvidas na mercantilização dos recursos (naturais e humanos), as instituições em que se realiza, os principais actores com interesses individuais e de grupo - em suma, a economia política do extractivismo em Cabo Delgado. São estes factores que preparam o terreno para as lutas e conflitos de hoje.

Destacamos aqui padrões persistentes que, *mutatis mutandis*, se repetem na história de Cabo Delgado. Enquanto as populações locais, no último desenvolvimento rápido, se dedicavam à agricultura de pequena escala ou à pesca para consumo local, muitas acrescentaram rendimentos ao se envolverem numa das actividades extractivas, directa ou indirectamente, formal e informalmente, e, muitas vezes, clandestina ou ilegalmente. Contudo, ao longo da história, muitos

---

[6] G. Barletta et al., "The Evolution of Inequality in Mozambique: 1996/97-2019/20", Documento de Trabalho do WIDER (Helsínquia: UNU-WIDER, 2022), https://doi.org/10.35188/UNU-WIDER/2022/284-3.

[7] E. Cortez *et al.*, 'Costs and Consequences of the Hidden Debt Scandal of Mozambique' (Maputo & Bergen: CIP & CMI, 2021), https://www.cmi.no/publications/7841-costs-and-consequences-of-the-hidden-debt-scandal-of-mozambique.

[8] Ver Cabo Ligado em https://www.caboligado.com/ para as únicas estatísticas disponíveis sobre o número de mortos, embora estejamos convencidos de que o número real de mortos é muito superior ao número de vítimas confirmadas em Cabo Delgado.

[9] Ver 'Putting Mozambique's resource curse back on the agenda', um relatório do ISS/PSC, publicado em 22 de Setembro de 2022 em https:// issafrica.org/pscreport/psc-insights/putting-mozambiques-resource-curse-back-on-the-agenda, e 'Terror em Moçambique. A maldição do gás natural", em Spiegel International, publicado em 5 de Julho de 2021 em https://www.spiegel.de/international/world/ terror-in-mozambique-the-curse-of-natural-gas-a-837db8bd-d37d-4c90-b5cb-025a8444e965

outros foram forçados, por poderes externos, a envolver-se em actividades extractivas. O sector extractivo sempre foi extravertido e dirigido pelo exterior, produzindo mercadorias para um mercado estrangeiro e gerando enormes lucros para os seus investidores sediados em terras distantes. No entanto, a actividade só pôde desenvolver-se contando com a colaboração das elites moçambicanas como porteiros e intermediários, alguns sediados em Maputo ou noutras cidades, outros com fortes laços locais. Estes beneficiavam invariavelmente mais do que a maioria das pessoas de Cabo Delgado, impulsionando assim a produção de desigualdade. As lutas constantes pelo controlo dos processos de extracção rentáveis levaram à resistência, conflito e, muitas vezes, violência.

1.2 Uma abordagem histórica do extractivismo

Os numerosos problemas associados à extracção e à mercantilização dos recursos naturais tornaram-se um tema de estudo particularmente importante durante o chamado desenvolvimento rápido mundial das matérias-primas no início dos anos 2000, em grande parte impulsionado pelo enorme crescimento económico no Sudeste Asiático. Embora as instituições de Bretton Woods elogiassem a sua capacidade de tirar as pessoas da pobreza[10] e recomendassem uma estratégia de desenvolvimento baseada na exportação e na extracção de recursos naturais, a maioria dos académicos dedicou-se a uma crítica dos seus aspectos problemáticos. Grande parte dessa crítica está relacionada com os problemas das indústrias extractivas nas regiões mais pobres e em desenvolvimento do mundo.

No caso de Moçambique, muitos académicos estudaram a economia das indústrias extractivas de uma variedade de ângulos nos últimos 20 anos. A maioria resistiu ao enquadramento do país como um campeão do crescimento e da redução da pobreza. Economistas proeminentes, como Castel-Branco, notaram que o investimento directo estrangeiro nas indústrias extractivas "se tornou o modelador fundamental da economia moçambicana, criando as fundações da economia extractive como um modo de acumulação de capital"[11]. Assegurou a persistente fuga de valor de Moçambique para o exterior. Como tal, "o outro lado do "milagre", portanto, "revela-se no carácter extractivo, poroso e vulnerável do processo de desenvolvimento capitalista que gera pobreza e exclusão"[12.]

Uma vertente da teoria do extractivismo centrou-se na forma como as indústrias extractivas tendem a resultar na desapropriação de terras de populações vulneráveis e atingidas pela pobreza nas áreas onde os recursos são extraídos[13.]. Esta tem sido também uma preocupação particular dos escritores sobre Moçambique, especificamente em relação à extracção de carvão em grande

[10] Ver, por exemplo, "How the commodity boom helped tackle poverty and inequality in Latin America", publicado no FMI a 21 de Junho de 2018 em https://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2018/06/21/ blog-how-the-commodity-desenvolvimento rápido-helped-tackle-poverty-and-inequality-in-latin-America.

[11] C. N. Castel-Branco, 'Growth, Capital Accumulation and Economic Porosity in Mozambique: Social Losses, Private Gains', *Review of African Political Economy*, 41, Outubro de 2014, S26-48, https://doi.org/10.1080/03056244.2014.976363.

[12] Ibid., S27

[13] J. A. Ayelazuno, 'The "new extractivism" in Ghana: A critical review of its development prospects", *The Extractive Industries and Society*, 1, 2, 2014, 292-302, https://doi.org/10.1016/j.exis.2014.04.008

escala na província de Tete[14], e aos preparativos para a indústria do gás em Cabo Delgado[15].

Para além das formas tradicionais de desapropriação, Lesutis discute o modo como o extractivismo das operações de extracção de carvão em Moçambique, na província de Tete, também envolve "a violência do capital que promete uma "vida melhor" cuja realização efectiva, directamente implicada nos circuitos da economia de mercado "livre", é constantemente adiada para o futuro[16]". A miragem da prosperidade nunca concretizada é a forma como, mulheres e homens pobres, vivem nas áreas com uma forte presença das indústrias extractivas. Ao formar as expectativas das pessoas vulneráveis, cria-se um mundo de vida de desilusões e desilusões, e de desconfiança nas promessas do governo. É apenas um resultado local, ou no terreno, das expectativas exuberantes de riqueza baseada nas indústrias extractivas que afectam os governantes locais em sítios como Moçambique, naquilo que foi chamado de "maldição dos precursos"[17]. Refere-se ao fenómeno em que, mesmo antes da (pré)-extracção efectiva dos recursos, instala-se uma série de comportamentos da elite política que criam problemas, tais como empréstimos irresponsáveis e uma corrida à terra na expectativa de fluxos de receitas em grande escala e investimentos nas indústrias extractivas.

Nos últimos anos, um ramo da literatura tem gerado importantes contributos que destacam a análise de relações de poder altamente desiguais na "relação tripartida" entre os três principais intervenientes - populações locais, investidores e elite local[18]. Nas suas formas matizadas, apresenta a perspectiva necessária de que as elites locais são muitas vezes participantes voluntárias no assalto sem escrúpulos aos recursos locais em áreas pobres e vulneráveis, independentemente dos impactos nas sociedades locais e no seu ambiente - não se trata apenas do capitalismo global contra as suas vítimas. A extracção não está simplesmente a ter lugar em bolsões onde Estados fracos perderam a sua soberania. Numa reviravolta a esta vertente analítica, Schubert[19] faz a importante observação de que, não só as elites locais, mas também os actores da sociedade civil local, bem como outros agentes bem-intencionados da comunidade internacional de desenvolvimento, estão "deliberadamente envolvidos" na produção de ideias e práticas do Estado nas indústrias extractivas. Em conclusão, o autor observa que estes demonstram "cumplicidade e uma co-produção, em que é lucrativo para todos os envolvidos manter uma visão idealizada do desenvolvimento através das indústrias extractivas"[20].

---

[14] N. Wiegink e A. K. García, "Surplus to Extraction: Resettlement as a "Make Live" Intervention in Mozambique', *The Extractive Industries and Society*, 9, 2022, https://doi.org/10.1016/j.exis.2021.101036; G. Lesutis, 'Spaces of Extraction and Suffering: Neoliberal Enclave and Dispossession in Tete, Mozambique', *Geoforum*, 102, 1 de Junho de 2019, 116-25, https://doi. org/10.1016/j.geoforum.2019.04.002

[15] P. Salimo, 'The Politics of LNG: Local State Power and Contested Demands for Land Acquisitions in Palma, Mozambique' in
J. Schubert, U. Engel e E. Macamo (eds) *Extractive Industries and Changing State Dynamics in Africa*, Routledge Studies in African Development (Londres: Routledge, 2018), 89-111

[16] G. Lesutis, 'Scenes of Subjection: Extractive Frontiers, Symbolic Violence, Dispossession", *Geoforum*, Janeiro de 2023, 1, https:// doi.org/10.1016/j.geoforum.2023.103681

[17] J. G. Frynas e L. Buur, "The Presource Curse in Africa: Economic and Political Effects of Anticipating Natural Resource Revenues", *The Extractive Industries and Society*, 7, 4, Novembro de 2020, 1257-70, https://doi.org/10.1016/j.exis.2020.05.014

[18] L. Buur et al., "The Politics of Natural Resource Investments and Rights in Africa: A Theoretical Approach", *The Extractive Industries and Society*, 7, 3, Julho de 2020, 918-30, https://doi.org/10.1016/j.exis.2020.06.004

[19] J. Schubert, "Wilful Entanglements: Extractive Industries and the Co-Production of Sovereignty in Mozambique", *Ethnography*, 21, 4, Dezembro de 2020, 537-58, https://doi.org/10.1177/1466138118802953

[20] Ibid., 553

Embora não queiramos exagerar a responsabilidade da cumplicidade, esta literatura aponta a investigação não só para as lutas pelo poder no terreno, mas também para a forma como estas são mediadas pela mentalidade e pelas ideias dos envolvidos.

Esta última escola tende a centrar-se principalmente na extracção de recursos como um fenómeno muito moderno e actual, que tem lugar na era do capitalismo neoliberal desde o final do século XX. Uma última fonte de inspiração teórica vem de uma escola que vai mais longe: a vasta literatura africanista que trata da exploração desde os primeiros tempos da extracção de escravos e marfim até aos últimos dias da dominação colonial e da extracção baseada nas plantações. Conforme resumido por Pereira e Tsikata[21] "entende-se por extractivismo um modo de acumulação inserido numa longa história de colonialismo e exploração das Américas, África e Ásia, que envolve a extracção e produção de matérias-primas - produtos primários - das antigas colónias para satisfazer a procura dos centros metropolitanos". Em Moçambique, um grande número de trabalhos foi realizado por autores historicamente orientados que, cada um à sua maneira, se concentraram no papel central do extractivismo em todo o empreendimento dos colonialistas em Moçambique[22]. Recentemente, estudiosos feministas acrescentaram que é importante estudar os efeitos nocivos do extractivismo como experiências de género, tanto hoje, como no passado colonial[23].

Na nossa abordagem ao extractivismo, reconhecemos as percepções acima discutidas destas abordagens teóricas para o estudo de Cabo Delgado. Utilizamos aqui o termo extractivismo para significar, não apenas um enfoque nas indústrias extractivas e nas suas actividades *per se*, mas também num sentido lato, como o modo de produção dominante: séculos de actividades extractivas moldaram a sociedade à sua volta, incluindo a infra-estrutura económica, as relações sociais do local de trabalho, as práticas laborais e o ambiente, até mesmo a cultura - e tem estado invariavelmente associado a sentimentos generalizados de injustiça, conflito, resistência e violência. Embora os recursos extraídos e as mercadorias produzidas variem ao longo do tempo, e os actores internacionais e os governantes locais mudem, os padrões básicos da produção socialmente organizada tendem a repetir-se.

Decorre desta abordagem histórica à análise do extractivismo em Cabo Delgado que os seus problemas enraizados não podem ser apagados ou solucionados pela simples aplicação de um "pacote de informação" correcto, como alguns investigadores sugeriram[24]. Também não é provável que o abandono da extracção de recursos seja um caminho a seguir. Afinal, a economia da província e o contexto da vida da sua população foram moldados pelo extractivismo, ao ponto de ser difícil imaginar o local sem este. É preciso compreender porque é que, histórica e actualmente, se empobreceram tanto e porque é que se criaram situações de concorrência mesquinha e de disputas pelas rendas ínfimas deixadas no local - enquanto os lucros são extraídos

[21] C. Pereira e D. Tsikata, "Contextualising Extractivism in Africa", *Feminist Africa*, 2, 1, 2021, 17

[22] E. A. Alpers, *Ivory and Slaves in East Central Africa* (Londres: Heinemann Educational Publishers, 1975); A. Isaacman et al., '"Cotton is the Mother of Poverty": Peasant Resistance to Forced Cotton Production in Mozambique, 1938-1961', *The International Journal of African Historical Studies*, 13, 4, 1980, 581-615, https://doi.org/10.2307/218197; A. M. Gentili, 'A Subversão No Distrito de Cabo Delgado Entre 1950 e 1960 Segundo as Fontes Administrativas Locais', *Boletim Do Arquivo Histórico de Moçambique*, 14, 1993; R. Pélissier, *História de Moçambique: formação e oposição (1854-1918)*, Imprensa universitária (Lisboa: Editorial Estampa, 1987); M. Newitt, *História de Moçambique* (Mira-Sintra: Publicações Europa-América, 1997).

[23] Pereira e Tsikata, 'Contextualising Extractivism in Africa'; T. Cunha e I. Casimiro, '"Cinderellas" of Our Mozambique Wish to Speak: A Feminist Perspective on Extractivism', *Feminist Africa*, 2, 1, 2021.

[24] Armand et al., "Does Information Break the Political Resource Curse?".

da província para os bolsos da capital nacional e para as contas bancárias dos centros industriais estrangeiros. Nas palavras de Schubert, Cabo Delgado produz pouco material para uma "visão idealizada" do que o extractivismo pode oferecer[25].

2. A PENETRAÇÃO COLONIAL EXTRACTIVISTA

2.1 Comércio de escravos e de marfim

A partir de meados do século XVIII, o aumento da necessidade de mão-de-obra para as plantações de açúcar nas ilhas francesas do Oceano Índico, bem como, embora em menor escala, para o continente americano, trouxe profundas alterações no Norte de Moçambique. Na costa norte de Moçambique, navios portugueses e franceses começaram a atracar para carregar escravos. Neste processo participavam comerciantes portugueses, suaílis, árabes ou arabizados, oriundos da costa, mas também de Zanzibar, Comores, Madagáscar e outros arquipélagos a nordeste do actual território moçambicano[26]. Os escravos eram inicialmente obtidos no litoral, mas o aumento da procura internacional desencadeou práticas de rapto e captura em zonas do interior, como a bacia do rio Rovuma e arredores[27]. Embora a procura de escravos fosse, na altura, uma prática no litoral de Inhambane e Sofala, o Norte de Moçambique representava a principal zona de abastecimento[28]. Intensificou-se a formação de caravanas africanas para a captura de homens e mulheres adultos no interior do Norte de Moçambique, envolvendo os Yao e outros povos do interior. Estes eram depois revendidos no litoral. Nas sociedades costeiras, a compra e venda de escravos para os mercados externos tornou-se uma prática lucrativa e generalizada - inclusive entre as chefias muçulmanas femininas[29]- combinada com o comércio naval, a pesca e alguma agricultura e artesanato[30]. Todos os anos, milhares de escravos eram embarcados para fora da costa norte de Moçambique[31] geralmente de forma clandestina, embora em conivência ou colaboração com as autoridades Portuguesas[32]. Durante séculos, o tráfico de escravos foi acompanhado pelo comércio de marfim[33] e de ouro[34]. O comércio destes produtos constituía um

---

[25] Schubert, "Wilful Entanglements", 553

[26] J. Capela, *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique, 1733-1904* (Porto: Edições Afrontamento, 2002), 103.

[27] Newitt, *História de Moçambique*; E. Alpers, 'Islam in the Service of Colonialism? A Estratégia Portuguesa durante a Luta Armada de Libertação em Moçambique"*, Lusotopie*, 6, 1, 1999, 95

[28] Newitt, *História de Moçambique*, 249; Alpers, *Ivory and Slaves in East Central Africa*, 219.

[29] L. Bonate, 'Matriliny, Islam and Gender in Northern Mozambique', *Journal of Religion in Africa*, 36, 2, Janeiro de 2006, 143, https://doi.org/10.1163/157006606777070650

[30] J. Capela e E. Medeiros, *O tráfico de escravos de Moçambique para as ilhas do Índico, 1720-1902* (Maputo: Núcleo Editorial da Universidade Eduardo Mondlane, 1987), 112

[31] Na década de 1830, cerca de 30.000 escravos foram vendidos na Ilha de Moçambique e noutros portos mais pequenos do norte (Newitt, *História de Moçambique*, 249)

[32] Capela, *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique, 1733-1904*, 55.

[33] A caça de elefantes para obtenção de marfim é uma prática antiga. Grandes quantidades de marfim eram transportadas do interior para os portos moçambicanos antes de o tráfico de escravos se tornar sistemático. A combinação do comércio de marfim e do comércio de escravos levou à inserção de pessoas do interior na economia internacional (Alpers, *Ivory and Slaves in East Central Africa*, 54). Os Ajauas, da parte ocidental da actual província do Niassa, faziam viagens de 1200 milhas até à costa, com caravanas de 3.000 a 4.000 indivíduos (Capela, *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique, 1733-1904*, 235)

[34] Iniciada por camponeses na estação seca, como actividade complementar à agricultura, a exploração de ouro no planalto do Zambeze remonta ao século XI (Newitt, *História de Moçambique*, 182), e mais tarde incluída nas rotas comerciais do Oceano Índico. Ver F. Balsan, 'Ancient Gold Routes of the Monomotapa Kingdom', *The Geographical Journal,* 136, 2, 1970, 240-46, https://doi.org/10.2307/1796283.

dos mecanismos de ligação das formações sociais do litoral e do interior a uma economia mercantil de longa distância, cada vez mais integrada no Oceano Índico[35]. A escravatura teve um profundo impacto nas estruturas sociais e económicas locais. A intensificação dos ataques a escravos gerou grandes movimentos migratórios. Os cônsules britânicos em Moçambique, David Livingstone e Henry O"Neill, relataram o esvaziamento de áreas a sul do lago Niassa ou ao longo do rio Rovuma devido à caça ao homem levada a cabo pelos chefes Yao[36]. Num cenário de colapso económico, violência e banditismo crescente, aumentaram as dificuldades das populações isoladas se protegerem. Apenas os grupos mais militarizados conseguiam sobreviver[37]. Paralelamente à crescente procura de escravos, registaram-se as invasões dos Ngoni que, não só subjugavam as populações ocupadas, como também participavam como traficantes de escravos[38]. As populações da bacia do Rovuma refugiaram-se no planalto maconde, onde estabeleceram povoações independentes e fortificadas, com baixa concentração populacional[39].

A partir do planalto, estes pequenos grupos, hoje conhecidos como macondes, participavam também na captura de homens e mulheres nas terras baixas. Casavam-se com alguns, pediam resgate por outros ou vendiam-nos como escravos, cujas receitas utilizavam para adquirir armas e pólvora, de que necessitavam para se protegerem e aumentarem o seu poder[40]. A exportação de escravos resultou numa clara diminuição da mão-de-obra. Isso teve um impacto na produção alimentar que, por sua vez, levou a um aumento das importações, não só de alimentos, mas também de armas e vestuário[41]. Mesmo que a escravatura tenha tido um impulso externo, a verdade é que também beneficiou as classes dirigentes das sociedades africanas. A prática da escravatura foi incorporada nas relações socioeconómicas no litoral, onde formas de exploração do trabalho forçado se misturavam com relações paternalistas/patriarcais. A forte hierarquia entre os diferentes sectores da população continua a ser observada nas pequenas plantações ao longo da costa.[42].

Como toda a estrutura económica se baseava na escravatura (não só no Norte de Moçambique, mas em toda o empreendimento colonial português), a sua abolição enfrentou grandes resistências. A formalização dos processos-crime de tráfico de escravos era dificultada pelo facto de todos estarem envolvidos[43]. O próprio Estado colonial português resistia a acabar com a escravatura porque, para o fazer, precisava de uma força militar de que não dispunha. Europeus e asiáticos (cristãos e muçulmanos) continuaram a traficar escravos de forma discreta e ninguém o denunciou, porque era apresentado como uma prática socialmente aceite. O comércio clandestino de escravos durou até à primeira década do século XX.

---

[35] Alpers, *Ivory and Slaves in East Central Africa*

[36] Capela, *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique, 1733-1904*, 283; H. G. West, 'Villains, Victims, or Makonde in the Making? Reading the Explorer Henry O'Neill and Listening to the Headman Lishehe', *Ethnohistory*, 51, 1, Janeiro de 2004, 15, https://doi.org/10.1215/00141801-51-1-1

[37] Newitt, *História de Moçambique*

[38] Alpers, *Marfim e Escravos na África Central Oriental*, 249.

[39] J. Dias, *Os Macondes de Moçambique: Aspectos históricos e económicos. I* (Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar. Centro de Estudos de Antropologia Cultural, 1964), 59-61

[40] Dias, 79; West, "Villains, Victims, or Makonde in the Making?", 24-27

[41] Capela, *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique, 1733-1904*.

[42] A. R. da Conceição, *Entre o mar e a terra: situações identitárias do norte de Moçambique (Cabo Delgado)*, Colecção Identidades (Maputo: Promédia, 2006), 203-5.

[43] Capela, *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique, 1733-1904*, 287-89

O Estado colonial sofreu pressões internacionais para ocupar e administrar efectivamente a região, mas não foi capaz de o fazer[44]. Por isso, o governo português optou por arrendar grandes áreas do território à Companhia do Niassa. Em 1891, a região entre os rios Lúrio e Rovuma, e entre o Oceano Índico e o Lago Niassa (actuais províncias do Niassa e de Cabo Delgado) foi transferida para a companhia. Foi concedido à Companhia do Niassa o direito de construir infra-estruturas de transporte e de explorar os recursos naturais, cobrar impostos, bem como de colonizar e administrar o território. Os accionistas da empresa não conseguiram reunir grandes quantidades de capital. Em vez de investirem no território, especulavam com as acções da própria empresa ou investiam nas bolsas europeias[45] Contudo, na viragem do século, começaram as campanhas de ocupação do interior de Cabo Delgado. Com sucesso duvidoso, os funcionários procuravam cobrar impostos sobre as palhotas, muitas vezes através de práticas violentas. Também alugou mão-de-obra local a empresas mineiras sul-africanas[46].

Durante a Primeira Guerra Mundial, o norte de Cabo Delgado foi palco de alguns dos combates mais ferozes do continente. A maioria dos homens fisicamente aptos foi pressionada a servir como carregadores e construtores de estradas, o que se traduziu na retirada de mão-de-obra da agricultura e na insegurança alimentar. Segundo estimativas conservadoras, o número de africanos mortos por causa da guerra ascende a 50.000[47].

Em 1929, a companhia deixou de existir, mas a sua acção permitiu a ocupação e a divisão administrativa do território. O aparelho de Estado incorporou os antigos funcionários da Companhia do Niassa na administração local[48] dando continuidade às práticas da companhia. A política em relação às autoridades indígenas foi alterada, tendo os antigos chefes e autoridades legítimas sido substituídos por indivíduos leais e com algumas qualificações capazes de reforçar o poder local com vista a uma mais eficaz extracção de mão-de-obra e cobrança de impostos[49].

2.2 Sistemas de trabalho obrigatório

No século XX, a abolição internacional da escravatura dificultava a realização de grandes projectos coloniais. Neste contexto de baixa mecanização, a realização de tais projectos só era possível através do recrutamento de grandes quantidades de mão-de-obra barata. Após a Segunda Guerra Mundial, verificou-se um aumento do investimento no centro e norte de Moçambique, nomeadamente em plantações de chá, arroz, algodão e sisal, bem como em infra-estruturas económicas, apesar da relativa falta de capital para o desenvolvimento. Tal como noutras zonas de Moçambique, as populações do Norte foram apanhadas nesta encruzilhada de uma forte procura de mão-de-obra para os projectos coloniais. Pagando salários comparativamente mais baixos, as empresas coloniais em Moçambique não conseguiam competir com os grandes capitalistas das colónias vizinhas - principalmente os capitais sul-africanos nas minas ou plantações na Rodésia (Zimbabwe), mas também no Tanganica (hoje Tanzânia continental). Atraída

[44] West, "Villains, Victims, or Makonde in the Making?", 18.
[45] Newitt, *História de Moçambique*, 372
[46] B. Neil-Tomlinson, 'The Nyassa Chartered Company: 1891-1929", *The Journal of African History*, 18, 1, 1977, 119
[47] Neil-Tomlinson, 120-21
[48] B. B. João, *Abdul Kamal e a história de Chiúre nos séculos XIX e XX: um estudo sobre as chefaturas tradicionais, as redes islâmicas e a colonização portuguesa* (Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 2000)
[49] Ibid., 76.

por melhores condições contratuais e oportunidades de consumo e com a intenção de evitar o pagamento do imposto de palhota em Moçambique, uma parte importante da população emigrou para os territórios coloniais vizinhos. Este facto agravou o problema da falta de mão-de-obra. A realização dos planos económicos coloniais sem aumentar os custos salariais exigia um maior rigor no sistema de trabalho. Assim, as autoridades coloniais optaram por métodos de recrutamento obrigatório através do regime do indigenato (regime jurídico para os indígenas). Os indígenas (todos aqueles que não obtiveram uma licença de assimilação à cultura portuguesa e se tornaram assimilados) foram submetidos a um regime de trabalho obrigatório, vulgarmente conhecido como *chibalo*. Impulsionado pela crise de mão-de-obra, o Governador-Geral Bettencourt emitiu o decreto 818/D7 de 7 de Outubro de 1942, segundo o qual todos os homens que não pudessem comprovar o seu trabalho como assalariados poderiam ser capturados pelo chefe do posto administrativo, levados para a sede e, por um período não superior a seis meses, recrutados pelas plantações ou para as obras públicas. Uma hierarquia de chefes de aldeia, isentos de impostos e de trabalhos forçados, auxiliava os funcionários administrativos portugueses no recenseamento, na colecta de impostos e na mobilização de mão-de-obra. Através destes processos, a administração colonial adquiriu o controlo sobre a principal mercadoria de Moçambique: a sua força de trabalho.[50] A abolição da escravatura e a transição para o capitalismo colonial de plantação deram origem a uma nova prática, igualmente dolorosa, o trabalho obrigatório. A partir dos anos 60, os protestos e as resistências internas e externas provocaram verdadeiras transformações ao nível das relações sociais e de produção. Em 1961, o indigenato foi revogado e o cultivo obrigatório terminou, embora algumas práticas tenham persistido, ao longo da mesma década.

2.3 Culturas obrigatórias

No sul de Moçambique, a exploração da reserva de mão-de-obra gerou receitas importantes das (e para as) minas na África do Sul,[51] e no centro do país, onde a maioria estava concentrada, para as plantações[52]. No Norte, pelo contrário, subsistia uma grande reserva de mão-de-obra "improdutiva". A situação era insustentável para o Estado colonial, pelo que vastas áreas da região foram reservadas para a produção de algodão, em benefício da indústria têxtil metropolitana.[53] Neste cenário, o governo colonial lançou uma vigorosa campanha com vista a alargar as áreas geográficas dedicadas a esta cultura, definindo o número de camponeses obrigados a cultivá-la e as horas dedicadas à sua produção. Assim, tal como noutras zonas do país, as populações do norte de Moçambique foram pressionadas, em massa, a servirem de produtores de mercadorias. O número de camponeses do norte de Moçambique incorporados neste sistema aumentou de 80.000, em 1937, para 345.000, em 1940, e para 465.000 um ano depois. Este número representava cerca de um terço da população adulta e excluía o elevado número de crianças que, informalmente, prestavam assistência aos pais.[54] O processo de produção foi racionalizado, definindo com precisão a composição e organização da mão-de-obra a utilizar. A implementação

[50] J. Head, 'A Sena Sugar Estates e o Trabalho Migratório', *Estudos Moçambicanos*, 1, 1980, 53-72

[51] CEA, *O mineiro moçambicano - um estudo sobre a exportação de mão-de-obra em Inhambane* (Maputo: Imprensa Universitária, 1998)

[52] J. Head, 'A Sena Sugar Estates e o Trabalho Migratório'

[53] Isaacman et al., 'Cotton is the Mother of Poverty', 583; Y. Adam, 'Mueda, 1917-1990: Resistência, colonialismo, libertação e desenvolvimento', *Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, 14, 1993, 19.

[54] A. Isaacman, M. P. Meneses e A. José, 'Camponeses, Trabalho e Processo de Trabalho: O Cultivo Forçado de Algodão em Moçambique Colonial (1938-1961)' in *Moçambique - 16 Anos de Historiografia* (Maputo: Colecção Painel Moçambicano, 1991), 205.

desta prática foi acompanhada de práticas coercivas e violentas (que incluíam agressões físicas, detenções, trabalhos forçados ou exílio para locais remotos), mas contou também com a colaboração de muitos líderes locais, através de um sistema de benefícios, permitindo a muitos a acumulação de capital.

2.4 Colaboração e resistência ao extractivismo

Colaboração

Esta extracção e exploração massiva de mão-de-obra africana só foi possível com a ampla colaboração das elites locais que, não só participaram, como também beneficiaram muito com ela. A escravatura era uma actividade muito lucrativa para os traficantes de escravos, mas também para os comerciantes na costa, que alargavam o seu poder através desta prática. Mais tarde, o sistema de trabalho obrigatório e de cultivo forçado só foi possível com a colaboração das autoridades "autóctones", assim designadas pela administração colonial, principalmente os régulos. Para além do registo do imposto de palhota e do recrutamento de mão-de-obra, o seu papel no sistema colonial implicava uma grande variedade de funções políticas e judiciais. Dada a sua fragilidade administrativa, o Estado e as companhias concessionárias transferiram as tarefas de controlo da produção algodoeira para os régulos e outros chefes locais, aos quais foi concedida uma série de benefícios. Como ilustra Isaacman[55], os apoios iam desde a atribuição de um salário anual como funcionários do Estado, em função do total de impostos cobrados, até um bónus pelo apoio ao recrutamento de mão-de-obra local, passando pela isenção do pagamento de impostos e de pesadas obrigações de trabalho, até à atribuição de fardas e sapatos. Os régulos ou assimilados[56] eram também os principais beneficiários da limitada assistência técnica oferecida pela organização colonial para o algodão (junta algodoeira) local e pelas empresas concessionárias na escolha das melhores terras e no fornecimento de sementes de alta qualidade, enxadas, pás e outros instrumentos básicos. Esta assistência, por sua vez, era, por vezes, distribuídas aos seus subordinados, num sistema informal de mecenato. As suas terras eram utilizadas para demonstrar os princípios da agricultura científica, e os régulos eram apresentados como produtores-modelo, beneficiando mesmo dos regimes de trabalho obrigatório. O próprio fundo colonial do algodão serviu para elevar o nível de vida de muitos chefes, nomeadamente através da construção de casas, do financiamento da aquisição de bombas de água[57], celeiros e equipamento agrícola. Os chefes eram também privilegiados em termos dos preços que recebiam pelo seu algodão. Estes rendimentos permitiram a um pequeno número de elites locais investir em sectores até então vedados aos africanos, abrindo lojas nas zonas rurais, ou "investindo milhares de dólares em cooperativas que o Estado colocava sob o seu controlo"[58], comprando tractores e empregando trabalhadores sazonais.

A acumulação de capital por parte das autoridades locais foi feita à custa dos seus súbditos, para quem as culturas obrigatórias representavam uma forte ameaça às suas estratégias de reprodução social. As culturas obrigatórias provocaram um aumento do número de horas de trabalho na produção de culturas de rendimento (incluindo nos campos dos chefes), em detrimento das

[55] Isaacman, Meneses e José, 'Camponeses, Trabalho e Processo de Trabalho: O Cultivo Forçado de Algodão em Moçambique Colonial (1938-1961)'; A. Isaacman, 'Régulos, Diferenciação Social e Protesto Rural: O Regime do Cultivo Forçado do Algodão em Moçambique, 1938-1961', *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 6-7, 1987, 37-82

[56] Adam, 'Mueda, 1917-1990: Resistência, colonialismo, libertação e desenvolvimento', 24

[57] João, *Abdul Kamal e a história de Chiúre nos séculos XIX e XX*, 89

[58] Isaacman, 'Régulos, Diferenciação Social e Protesto Rural', 65

culturas alimentares[59], sem que isso se traduzisse numa melhoria dos rendimentos. Assim, a cultura obrigatória do algodão resultou em períodos de fome e de pobreza generalizada[60]. Estes factores alimentaram a diferenciação social existente entre os chefes e os seus súbditos, em termos de acesso ao mundo material[61] e cultural português, agravando a posição contraditória dos chefes locais, quer face ao Estado, quer face aos camponeses.[62] A produção de algodão tornou-se um palco de intensos conflitos entre os camponeses (que procuravam retomar o controlo da situação, contornando ou desafiando abertamente a autoridade local) e os chefes, que procuravam maximizar os seus lucros[63].

Da resistência silenciosa à luta armada: Formas de protesto social

A penetração destes projectos enfrentou uma grande resistência da população, sob formas mais ou menos subtis, como a sabotagem, o cinismo social ou a simples não-cooperação. Com o objectivo de escapar aos regimes forçados de trabalho e de cultivo, ao pagamento do imposto de palhota ou a outras arbitrariedades coloniais, uma parte importante da população emigrou para colónias vizinhas ou para áreas onde a administração colonial era menos imposta à força.[64] Na sequência da expansão do sector do sisal no Tanganica[65], milhares de moçambicanos atravessaram a fronteira para o território vizinho[66,] fora do controlo das autoridades, movimento facilitado pela proximidade etnolinguística com os povos do outro lado da fronteira.

Os que estavam sujeitos ao cultivo obrigatório das culturas não deixavam de adoptar estratégias de resistência não-declarada, que iam, desde a crítica às autoridades coloniais, até ao cinismo social e à sabotagem pura e simples, como a cozedura de sementes, a queima de culturas ou a redução deliberada do cultivo[67]. Através da escultura, as populações maconde do Norte procuraram

---

[59] João, *Abdul Kamal e a história de Chiúre nos séculos XIX e XX*, 98

[60] Isaacman, 'Régulos, Diferenciação Social e Protesto Rural', 53; Isaacman, Meneses e José, 'Camponeses, Trabalho e Processo de Trabalho: O Cultivo Forçado de Algodão em Moçambique Colonial (1938-1961)', 220

[61] Isaacman, 'Régulos, Diferenciação Social e Protesto Rural', 64, ilustra como os chefes prósperos tinham construído casas com água corrente, electricidade e canalização. Muitos usavam uniformes portugueses, viviam em casas de estilo europeu, enviavam os filhos para escolas missionárias e "chegavam, eles próprios, com todos os acessórios de ´civilização´ que os seus recursos lhes permitiam". Ver também João, *Abdul Kamal e a história de Chiúre nos séculos XIX e XX*, 98-100

[62] Na medida em que eram vistos como os executores hesitantes de uma política colonial injusta, tornavam-se frequentemente alvo do descontentamento popular. Como explica Isaacman em Isaacman, 'Régulos, Diferenciação Social e Protesto Rural', 70, em muitas partes da colónia, o termo *régulo* passou a significar colaborador privilegiado: "Tu, Chugela, orgulhas-te da tua posição", ironizavam os camponeses do sul de Moçambique. "Mas tu és apenas um chefe e foste feito pelo homem branco". Estas narrativas cantadas eram análogas às esculturas do norte de Moçambique, que ridicularizavam os governantes prósperos e barrigudos, que se pavoneavam com as suas bengalas, vestindo uniformes europeus.

[63] Isaacman, 'Régulos, Diferenciação Social e Protesto Rural', 70

[64] L. Vail e L. White, *Capitalism and Colonialism in Mozambique: A Study of Quelimane District* (University of Minnesota Press, 1980); João, *Abdul Kamal e a história de Chiúre nos séculos XIX e XX*, 100

[65] F. B. C. C. Bastos, '"A fonte dos Wamakonde" : migração laboral, associativismo e anticolonialismo na indústria sisaleira do Tanganyika (1880-1960)' (tese de doutoramento, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2022), 116-19

[66] E. A. Alpers, '"To Seek a Better Life:" The Implications of Migration from Mozambique to Tanganyika for Class Formation and Political Behavior', *Canadian Journal of African Studies / Revue Canadienne Des Études Africaines*,18, 2, Janeiro de 1984, 367-88, https://doi.org/10.1080/00083968.1984.10804068

[67] Isaacman, 'Régulos, Diferenciação Social e Protesto Rural'; Isaacman, Meneses e José, 'Camponeses, Trabalho e Processo de Trabalho: O Cultivo Forçado de Algodão em Moçambique Colonial (1938-1961)'; Isaacman et al., 'Cotton is the Mother of Poverty'; C. Serra e D. Hedges (eds), *História de Moçambique. Parte*

afirmar as suas tradições locais, exercendo ao mesmo tempo a sua crítica social à administração colonial e aos *cipaios* (polícias africanos)[68], representando os colonos como avarentos, desconfiados, ineptos e, muitas vezes, cruéis e despóticos no local de trabalho e no comércio[69]. Enquanto os povos no interior do Norte viam na assimilação com os senhores portugueses uma oportunidade de ascensão social - ainda que severamente limitada -, os povos islâmicos no litoral permaneciam à margem do mundo colonial, que era visto como demasiado ocidentalizado. Esta resistência à assimilação à cultura portuguesa foi encarada com particular desconfiança pelos senhores coloniais[70]. A administração colonial impôs limitações à criação de madraças ou ao ensino islâmico, ordenou o encerramento de mesquitas ou a queima de símbolos islâmicos, entre outros insultos e injustiças[71]. Vários líderes islâmicos foram presos pela PIDE, a polícia política portuguesa e encarcerados em prisões em Pemba ou Ibo, onde alguns acabaram por morrer[72]. Tal como em relação ao protestantismo, comunismo e nacionalismo africano, o islamismo era visto como uma das ameaças à presença portuguesa em África[73].

As formas mais assertivas de protesto foram brutalmente reprimidas[74], sendo o massacre de Mueda o caso mais famoso, gerando múltiplas interpretações, muitas vezes com motivações políticas[75]. Em resposta à falta de espaços formais de participação, surgiram respostas mais violentas. As populações do litoral e do planalto tomaram conhecimento do movimento independentista de Julius Nyerere. Na diáspora, um grupo de macondes formou vários clubes e associações, como a *Tanganyika Mozambique Maconde Union* (TMMU), a *Mozambique African Association* (MAA), o *Zanzibar Club* ou a *Zanzibar Macondes and Macuas Union* (ZMMU), com o objectivo de melhorar as condições dos seus membros[76]. Perante o desemprego crescente no Tanganica, estas populações emigrantes procuraram negociar com as autoridades coloniais de Cabo Delgado melhores condições de integração em Moçambique, onde ainda prevaleciam fortes sistemas de discriminação racial. A ditadura portuguesa transformou os clubes macondes sediados no Tanganica, dos seus objectivos anteriores de associações de apoio mútuo e com a intenção de regressar a Moçambique, em grupos mais politizados, com vontade de confronto directo com o governo colonial. No vizinho Tanganica, floresceram organizações mais politizadas, como a União Nacional Africana de Moçambique (MANU) e a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) que, em 1962, deram origem à Frente de Libertação de Moçambique

---

II - Agressão imperialista, 1886-1930 (Maputo: Imprensa Universitária, 1999), 111-12

[68] M. Stephen, 'Makonde: Sculpture as Political Commentary', *Review of African Political Economy*, 17, 48, Setembro de 1990, 109-10, https://doi.org/10.1080/03056249008703866

[69] Sobre as máscaras e canções maconde, ver P. Israel, *In Step with the Times. Mapiko Masquerades of Mozambique*. (Athens: Ohio University Press, 2014)

[70] Conceição, *Entre o mar e a terra*, 193

[71] L. Macagno, *Outros muçulmanos: islão e narrativas coloniais* (Lisboa: Instituto Ciências Sociais, 2006), 186; E. Morier-Genoud, 'A Prospect of Secularization? Muslims and Political Power in Mozambique Today', *Journal for Islamic Studies*, 27, 2007, 245, https://doi.org/10.4314/jis.v27i1.39936; L. J. K. Bonate, 'Muslims and the Liberation Struggle in Northern Mozambique' in H. Sapire e C. Saunders (eds), *The Struggle for Southern Africa: New Local and Global Perspectives* (Cidade do Cabo: UCT Press, 2013), 58-75

[72] Alpers, "O Islão ao serviço do colonialismo?", 175; Macagno, *Outros muçulmanos*, 184

[73] Alpers, "O Islão ao serviço do colonialismo?", 163

[74] J. P. Borges Coelho, 'O Estado Colonial e o Massacre de Mueda: Processo de Quibirite Divane e Faustino', *Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique*, 14, 1993, 129-54; Gentili, 'A Subversão no Distrito de Cabo Delgado Entre 1950 e 1960 Segundo as Fontes Administrativas Locais'

[75] M. Cahen, 'The Mueda Case and Makonde Political Ethnicity', *Africana Studia*, 2, 1999, 30-31; P. Israel, 'Mueda Massacre: The Musical Archive", *Journal of Southern African Studies*, 43, 6, Novembro de 2017, 1159 , https://doi.org/10.1080/03057070.2017.1382 186

[76] Cahen, "O Caso de Mueda e a Etnicidade Política Maconde", 33-35

(Frelimo). Em Setembro de 1964, a Frelimo iniciou a luta armada no Norte do país, estendendo-se depois às províncias de Niassa, Tete, Sofala e Manica.

2.5 As aldeias coloniais como estratégia de contra-insurreição

Para evitar que as populações tivessem contacto com a Frelimo, que lhe poderiam dar apoio em termos de logística, informação e guerrilha, o exército colonial promoveu a deslocação compulsiva de milhares de camponeses dispersos para aldeamentos (sobretudo em Cabo Delgado e Niassa e, mais tarde, na província de Tete). Sob o controlo do exército, os aldeamentos eram a concretização do esforço de propaganda em torno da melhoria das condições de vida da população rural moçambicana,[77] através da implementação de programas de assistência. Só em Cabo Delgado, cerca de 250.000 pessoas foram deslocadas para 150 aldeias, procurando formar um cordão a sul do rio Messalo.[78] A deslocação da população para assendos com arruamentos modernos fez-se de forma compulsiva e violenta. As pessoas que residiam nos arredores foram concentradas nestas aldeias defendidas por milícias organizadas pelos militares portugueses.[79] As populações eram autorizadas a cultivar as suas culturas só nas imediações da aldeia, sob vigilância militar e sujeitas a horários rígidos de entrada e saída, sob risco de punição. A concentração populacional num pequeno espaço desencadeou fenómenos de diferenciação social, como a expropriação de terras, a criação de famílias sem áreas agrícolas suficientes para a sua subsistência e a utilização de terras agrícolas inférteis. De origem essencialmente administrativa e militar, o projecto não trouxe transformações significativas nas condições técnicas, nem nas relações políticas ou produtivas. Mas criou um padrão de controlo da população com o qual o Estado pós-independência aprendeu.

3. REVOLUÇÃO OU CONTINUIDADE? TENTATIVAS DE COMUNALIZAÇÃO DO CAMPO, DESLOCAÇÕES FORÇADAS E VIOLÊNCIA NO PERÍODO PÓS-INDEPENDÊNCIA.

Após 10 anos de luta armada, o Estado português negociou um cessar-fogo com a Frelimo e as condições para a independência de Moçambique. O período pós-independência gerou profundas reformas sociais e económicas que, em muitos aspectos, representaram a continuidade das práticas coloniais. Nas zonas onde se estabeleceram assentamentos, foram construídas grandes empresas estatais e milhares de camponeses foram realojados em centenas de aldeias comunais.

3.1 Aldeias comunais e cooperativas

As aldeias comunais procuravam constituir o processo de transformação socialista nas áreas rurais, onde o padrão de assentamento disperso da população seria substituído por assentamentos modernos e planeados com acesso a serviços públicos. Esperava-se que a população se organizasse em cooperativas de produção ou que constituísse uma reserva de mão-

[77] O. R. Thomaz, '"Escravos sem dono": a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista', *Revista de Antropologia*, 1, 51, 2008, 185; F. Gallo, 'Deslocamentos Coloniais em Tete, Moçambique: Cruzando Fontes Escritas e Orais', 2015, 5, http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1424807193_ARQUIVO_Txtcompleto_fernandaGallo.pdf

[78] Gallo, 'Deslocamentos Coloniais em Tete, Moçambique: Cruzando Fontes Escritas e Orais', 6.

[79] J. P. Borges Coelho, *Aldeias Protegidas e Aldeias Comunais na Província Moçambicana de Tete (1968-1982): A History of State Resettlement Policies, Development and War* (Bradford: University of Bradford, 1993), 79

de-obra agrícola para as empresas estatais[80]. A província de Cabo Delgado foi constituída como um modelo para a socialização do campo. Em 1984, das 1.400 a 1.500 aldeias comunais oficialmente registadas, cerca de 600 (mais de 40 por cento!) estavam localizadas nesta província[81].

As aldeias comunais representavam uma continuação dos aldeamentos coloniais, em geral, repetindo-se os mesmos problemas. A concentração de pessoas nas aldeias implicou o aumento das distâncias entre as habitações e os campos, com repercussões em todo o sistema agrícola[82]. A aglomeração de populações implicou a escassez de terras junto a estas povoações, levando à redução das áreas de produção, ou à lavoura de áreas impróprias para a agricultura[83]. A chegada às aldeias representou o estabelecimento de novas relações de poder e de subordinação entre as famílias já residentes e os *vientes* - os "recém-chegados"[84]. As dificuldades de abastecimento das aldeias devido ao desmantelamento do comércio rural e a inexistência de serviços bancários contribuíram para a redução drástica das condições de substituição e renovação dos factores de produção, o que, com o tempo, retardou a produção agrícola[85]. A tensão foi acrescentada pelas diferenças culturais entre grupos étnicos subitamente amontoados, pelos choques entre as estruturas de poder do Estado e a autoridade tradicional (conotada com o regime colonial) ou pelos choques entre as leis do Estado pós-colonial e as leis consuetudinárias, ou entre classes sociais. Os conflitos assumiam frequentemente dimensões mágico-religiosas, mesmo que mantidas em segredo[86]. A relutância dos camponeses a se juntarem às aldeias ou a participarem no trabalho comunitário era considerada irracional e reaccionária, e o governo recorria à força contra aqueles que eram considerados líderes do movimento para abandonar as aldeias. Perante a resistência, as estruturas estatais recorreram, cada vez mais, à violência[87]. Para além da violência, foram reproduzidas as práticas coloniais de trabalho obrigatório (através de jornadas de trabalho comunais) e instituída a emissão de *guias de marcha*[88].

O recenseamento populacional de 1980 em Mueda - um dos principais distritos do grupo etnolinguístico maconde - indicava a existência de 80 homens por cada 100 mulheres,[89] o que era um indicador da exportação de mão-de-obra para o sul do Tanganica, mas também da presença significativa de homens macondes nas forças armadas moçambicanas. O planalto de Mueda foi apresentado como o berço das políticas de transição socialista, mas, na prática, nele se reproduziu o modelo da economia colonial, baseado no trabalho migratório[90].

---

[80] A. Y. Casal, 'A Crise Da Produção Familiar e as Aldeias Comunais em Moçambique', *Revista Internacional de Estudos Africanos*, 8-9, 1988, 180

[81] M. Cahen, *Mozambique, la révolution implosée: études sur 12 ans d'indépendance, 1975-1987* (L'Harmattan, 1987), 52

[82] Casal, 'A Crise da Produção Familiar e as Aldeias Comunais em Moçambique', 167; Adam, 'Mueda, 1917-1990: Resistência, colonialismo, libertação e desenvolvimento'

[83] Adam, 'Mueda, 1917-1990: Resistência, colonialismo, libertação e desenvolvimento'

[84] Y. Adam, *Escapar aos dentes do crocodilo e cair na boca do leopardo: trajectória de Moçambique pós-colonial (1975-1990)*, Colecção Identidades (Maputo, Moçambique: Promédia, 2005), 306

[85] Casal, 'A Crise da Produção Familiar e as Aldeias Comunais em Moçambique', 158

[86] Sobre as cerimónias muave ou os mitos da criação de leões, ver Adam, *Escapar aos dentes do crocodilo e cair na boca do leopardo*, 313, ou Israel, 'The War of Lions'

[87] Adam, *Escapar aos dentes do crocodilo e cair na boca do leopardo*, 306-9

[88] C. D. Quembo, 'O poder do poder: operação produção e a invenção dos "improdutivos" urbanos no Moçambique socialista, 1983-1988', *Cadernos de História de Moçambique*, 1, 2012, 78

[89] Adam, *Escapar aos dentes do crocodilo e cair na boca do leopardo*, 311

[90] Ibid., 326

3.2 Campos de reeducação

Como parte da "justiça revolucionária", milhares de moçambicanos foram enviados para campos de reeducação no norte do país durante os primeiros anos de independência. Eram pessoas consideradas pelas autoridades revolucionárias como "sabotadores", "marginais" ou "inimigos da revolução", bem como aqueles que apresentavam hábitos coloniais ou burgueses que estavam programados para serem eliminados com vista à criação do Homem Novo. As listas de deportados incluíam dissidentes da Frelimo, régulos, feiticeiros, os "comprometidos" e "conotados" (indivíduos suspeitos de se terem comprometido com a velha ordem colonial), estudantes considerados subversivos, testemunhas de jeová, mães solteiras ou prostitutas, entre outros.

No final da década de 1970, havia 25 centros de reeducação em todo o país, dos quais 8 no Niassa e 3 em Cabo Delgado[91]. Nesta província, havia vários campos célebres: Chaimite (reservado principalmente para dissidentes da Frelimo), Ruarua (onde criminosos comuns partilhavam espaço com guerrilheiros da Frelimo que desertaram durante a luta de libertação) e Bilibiza.

Os campos situavam-se em locais remotos, com poucas infra-estruturas e marcados por uma enorme austeridade em termos de acesso a vestuário, alimentação e serviços de saúde. A fome era frequente, assim como os castigos corporais. As actividades diárias resumiam-se à produção agrícola comum, a sessões de doutrinação política e, por vezes, a actividades culturais.

De igual modo, em 1983, naquela que ficou conhecida como Operação Produção, dezenas de milhares de cidadãos urbanos foram deportados para o norte do país. Foram pessoas consideradas "improdutivas", o que, na prática, significava todos aqueles que não podiam provar que trabalhavam por conta de outrem, incluindo os trabalhadores em actividades informais. Mais uma vez, o objectivo era a ressocialização em campos de cultivo, em locais remotos, com destaque para Unango, na província do Niassa. Estima-se que até 100.000 indivíduos tenham passado por experiências em campos de reeducação e na Operação Produção.[92]

3.3 A Renamo e a guerra

As políticas da Frelimo de modernização rápida - sempre definidas de cima para baixo - vão explicar a maior parte do apoio dado por muitos sectores rurais à Renamo. Embora a Renamo - inicialmente conhecida como Resistência Nacional Moçambicana, RNM - tenha começado por ser um mecanismo de agressão induzido pelo exterior, a verdade é que conseguiu usar o descontentamento popular a seu favor durante a guerra pós-independência de 16 anos[93] (1976-1992). O descontentamento resultou da marginalização e abuso a que as autoridades locais/tradicionais foram sujeitas após a independência - acusadas de colaborar com o regime colonial[94] - e da incapacidade de reconstituir as redes de comércio rural.

---

[91] B. Machava, 'Reeducation Camps, Austerity, and the Carceral Regime in Socialist Mozambique (1974-79)', *The Journal of African History*, 60, 3, Novembro de 2019, 431, https://doi.org/10.1017/S0021853719001014

[92] Thomaz, 'Escravos sem dono'; Quembo, 'Poder do poder'; Machava, 'Reeducation Camps, Austerity, and the Carceral Regime in Socialist Mozambique (1974-79)'

[93] A 'guerra dos 16 anos' é frequentemente empregue como um termo neutro para designar o conflito armado entre a Renamo e a Frelimo. Enquanto os membros da Frelimo tendem a realçar o apoio da Rodésia e da África do Sul aos rebeldes e a chamar-lhe 'guerra de agressão', os militantes da Renamo tendem a realçar as contradições internas da sociedade moçambicana e a chamar-lhe 'guerra civil'

[94] C. Geffray, *La cause des armes au Mozambique: anthropologie d'une guerre civile*, Les Afriques (Paris:

O natureza laica do Estado pós-independência constituiu uma ofensa para os mais religiosos, incluindo os muçulmanos,[95] que já tinham sido profundamente discriminados no período colonial.[96] No período pós-independência, ao manterem-se fiéis aos princípios islâmicos, os muçulmanos do litoral não conseguiram demonstrar o necessário espírito revolucionário.[97] O seu conservadorismo foi tomado como resistência ao Estado Central e capitalizado politicamente pela Renamo. Na primeira metade da década de 1980, a Renamo penetrou no norte do país, em geral, e chegou à província de Cabo Delgado. A sua capacidade de criar desestabilização cresceu ao ritmo das contradições das políticas governamentais.

4. O PERÍODO "LIBERAL" - INTERESSE RENOVADO PELOS RECURSOS NATURAIS

Após a Guerra dos 16 anos, renova-se o interesse pela procura de recursos naturais - madeira, pedras preciosas, marfim, gás e terras - no norte de Moçambique, em geral, e na província de Cabo Delgado, em particular. Mais uma vez, esta procura viria a ter um impacto profundo na economia e na sociedade locais.

4.1 A extracção de madeiras tropicais - um sistema de *take away*

A partir dos finais dos anos 90, registou-se um aumento da procura de madeira no centro e norte de Moçambique, impulsionado por uma maior procura nos mercados asiáticos. A exportação massiva e muito visível de madeira para os mercados asiáticos passou a ser conhecida coloquialmente como "Chinese take away".[98] A província de Cabo Delgado não foi excepção. Em 2006, 32.925,39m3de madeira foram exportados apenas desta província,99 um valor superior ao total da produção nacional anual entre 1988 e 1992. Inúmeros concessionários entraram em cena, na sua maioria empresas madeireiras, mas também titulares de licenças individuais e camponeses.100 A exploração madeireira atraiu muitos indivíduos estrangeiros, especialmente tanzanianos e chineses. Redes cada vez mais numerosas de operadores nacionais não-licenciados

---

Karthala, 1990);
A. Y. Casal, *Antropologia e Desenvolvimento : As Aldeias Comunais de Moçambique* (Lisboa: Ministério da ciência e da tecnologia. Instituto de investigação científica tropical, 1996)

[95] L. Bonate, 'O Islão no Norte de Moçambique: Uma visão histórica", *Compasso da História*, 8, 7, 2010, 573-593

[96] No norte do país, é frequentemente narrado um episódio ocorrido na ilha de Moçambique, em que o Presidente Samora terá entrado na mesquita central com os seus sapatos. Este episódio tornou-se um 'incidente metáfora' que estimulou narrativas sobre a relação negativa da Frelimo com os muçulmanos no norte de Moçambique. O boato rapidamente circulou pela população, deixando o episódio marcado na memória (selectiva) de muitos muçulmanos, sobretudo macuas e seguidores de alguns dos ramos das irmandades do norte de Moçambique. Cf. Macagno, *Outros muçulmanos*, 214-15

[97] Conceição, *Entre o mar e a terra*, 196

[98] C. Mackenzie, 'Forest Governance in Zambézia, Mozambique: Chinese Takeaway!", Relatório Final para o FONGZA, 2006

[99] D. Ribeiro e E. Nhabanga, 'Levantamento Preliminar da Problemática das Florestas de Cabo Delgado' (Maputo: Justiça Ambiental, 2009), 21

[100] A presença de trabalhadores clandestinos era evidente nas concentrações de madeira existentes em Mocímboa da Praia, nas zonas de embarque ou nos quintais das residências, bem como nos serrotes abandonados pelos serradores manuais, na presença dos fiscais.
Y. Adam, A. Klaey e J. Machele, '"No fim não vai ficar nada": exploração dos recursos florestais em Cabo Delgado relatório do trabalho de campo em Namiune, Nkonga e 5ºCongresso' (Maputo: Universität Bern. Centre for Development and Environment, 2011), 14, https://core.ac.uk/download/pdf/33086469.pdf

começaram a praticar a exploração ilegal de madeira, cortando-a e vendendo-a depois a operadores chineses titulares de licenças de exploração. Muitas vezes, o equipamento de corte e de transporte era fornecido por empresas asiáticas, que estavam, por isso, em condições de determinar o preço de compra da madeira.[101].

A popularização desta prática de exploração comercial abriu oportunidades económicas para diferentes sectores da sociedade, desde concessionários, operadores de serração e seus trabalhadores,[102] exportadores, funcionários aduaneiros e membros das comunidades locais. A cadeia madeireira gerou uma especialização profissional: os olheiros (nativos e moradores próximos às áreas florestais que identificavam locais com espécies florestais de valor comercial); os serradores[103] (que cortavam a madeira com uma serra ou, às vezes, com uma moto-serra); e os carregadores que transportavam os toros para pontos de concentração no meio d a floresta - ou para armazéns de empresas licenciadas. Cada um destes actores recebia uma remuneração específica, consoante o tempo de trabalho, o número de toros e a própria negociação.[104].

Ao mesmo tempo, uma rede de fiscais foi colocada no terreno, acompanhando o fenómeno, permitindo que as actividades se realizassem a troco de subornos, num sistema rentista. Os próprios chefes de aldeia e os membros dos comités de gestão dos recursos naturais estavam, directa ou indirectamente, envolvidos no negócio da madeira: "ou eram sócios, ou recebiam dinheiro para autorizar o corte".[105] As diferentes hierarquias da função pública facilitavam este processo ou estavam directamente envolvidas nele. Os funcionários do Estado facilitavam a aquisição de licenças e o acesso a novas zonas, permitindo a exploração acima do limite concedido[106] ou o corte fora das zonas permitidas, facilitando, assim, a exportação de madeira não-transformada.[107] A nível intermédio, os funcionários dos organismos estatais beneficiavam de ajudas de custo e de ofertas dos concessionários ou dos requerentes de licenças.[108] Neste cenário, os funcionários públicos pediam licença sem vencimento para se envolverem no processo de abate furtivo de árvores, incluindo os administradores distritais e os comandantes da polícia.
O rendimento desta actividade melhorou a capacidade de consumo local em alguns locais. Um estudo efectuado em Montepuez[109] mostrou que, para além das despesas com bebidas alcoólicas, os olheiros e os cortadores compravam bicicletas, construíam as suas casas com materiais convencionais e/ou investiam em pequenas bancas e noutros negócios. Muitos intermediários (sobretudo os que vendiam directamente aos operadores chineses) adquiriam motociclos, electrodomésticos e equipamentos. Alguns jovens desempenharam um papel importante nos agregados familiares, assumindo a responsabilidade pelas despesas domésticas. A mão-de-obra masculina passou a dedicar-se ao abate de árvores e ao comércio de madeira, tendo as

---

101 J. Maquenzi e J. Feijó, 'A Maldição dos Recursos Naturais - Mineração Artesanal e Conflitualidade em Namanhumbir',
Observador Rural, OMR, 75, 2019, https://omrmz.org/wp-content/uploads/Observador-Rural-75.pdf
[102] Ribeiro e Nhabanga, 'Levantamento Preliminar da Problemática das Florestas de Cabo Delgado', 13
[103] Durante o trabalho de campo efectuado no distrito de Nangade, Adam, Klay e Machele identificaram uma média de 10 serradores em cada aldeia, sendo que as mais desenvolvidas empregam uma força de trabalho média de 15 pessoas, '"No fim não vai ficar nada", 21
[104] Maquenzi e Feijó, 'A Maldição dos Recursos Naturais'
[105] Adam, Klaey e Machele, '"No fim não vai ficar nada", 15
[106] Em 2010, o pau-ferro era uma árvore muito rara no norte de Cabo Delgado, bem como as espécies de umbila ou chanfuta de grande porte (Adam, Klaey e Machele, '"No fim não vai ficar nada", 13)
[107] Ribeiro e Nhabanga, 'Levantamento Preliminar da Problemática das Florestas de Cabo Delgado', 34
[108] Adam, Klaey e Machele, '"No fim não vai ficar nada", 25
[109] Maquenzi e Feijó, 'A Maldição dos Recursos Naturais'

actividades de produção alimentar ficado mais concentradas nos membros femininos da família.

Contudo, este fenómeno não deixou de gerar tensões sociais, sobretudo devido à falta de transparência na gestão dos fundos resultantes da extracção de taxas sobre a actividade de extracção de madeira, uma vez que estes fundos se destinavam a beneficiar as populações afectadas nas zonas de exploração madeireira.[110] A gestão destes fundos foi marcada pelos pequenos montantes envolvidos, pela ausência de planos de utilização, pelos baixos benefícios económicos para as populações e pela falta de participação na decisão sobre a aplicação dos fundos. Essa decisão era geralmente prerrogativa dos líderes comunitários reconhecidos pelo Estado ou dos membros dos Conselhos de Gestão dos Recursos Naturais, o que levantava questões de transparência e integridade. Há também queixas de incumprimento das promessas feitas pelos operadores florestais, uma enorme diferença entre o valor económico dos recursos florestais e os valores de exportação, e o montante efectivamente atribuído às comunidades locais.[111]

4.2 Da febre das pedras preciosas à repressão

Embora a mineração artesanal seja um fenómeno muito antigo, foi sobretudo a partir da década de 1990, num cenário de pobreza generalizada e de grave debilidade do Estado, com uma consequente falta de controlo governamental, que a sua proliferação ficou fora de controlo[112]. No final da década de 2000, foram descobertas pedras preciosas e semipreciosas no distrito de Montepuez. Tal como noutros desenvolvimentos rápidos de mineração artesanal, centenas de indivíduos chegaram ao local num curto espaço de tempo, na sua maioria vindos de fora da província, incluindo muitos estrangeiros, entre os quais comerciantes de pedras preciosas. A actividade era desenvolvida de forma artesanal, através de sistemas de poços e galerias subterrâneas, sem sistemas hidráulicos ou protecção contra desabamentos.

Alguns garimpeiros conseguiam encher diariamente três ou quatro sacos de um quilo de açúcar com pedras preciosas que, geralmente, vendiam a comerciantes estrangeiros. Uma parte da população local envolveu-se no processo de extracção, abandonando as actividades económicas tradicionais que exerciam.

O crescimento do número de mineiros artesanais desencadeou o surgimento de novas actividades económicas, relacionadas com o transporte para as áreas mineiras, a confecção e venda de bebidas e produtos alimentares, a venda de instrumentos para escavação, bebidas alcoólicas e serviços de prostituição, para além de dinamizar o mercado de arrendamento de habitações. A elevada concentração populacional e os volumes financeiros envolvidos nestas actividades provocaram uma rápida inflação nos preços dos bens e serviços. Este cenário de "*Wild West*" desencadeou práticas de consumo ostensivo por parte dos mais afortunados (aquisição de veículos caros, oferta de bebidas alcoólicas em barracas a todos os indivíduos presentes), que rapidamente se espalharam por toda a região, alimentando o imaginário e as expectativas da população, levando cada vez mais jovens para esta actividade. A venda de rubis foi responsável por um acentuado aumento das desigualdades sociais. Os que mais se destacavam economicamente

[110] O artigo 35, n.º 2 da Lei n.º 10/99, de 7 de Julho (Lei de Florestas e Fauna Bravia), em conjunto com o artigo 102 do Decreto n.º 12/2002 (regulamento da lei), determina que 20% das taxas de exploração florestal e faunística são para benefício das comunidades locais na área de extracção dos recursos

[111] Adam, Klaey e Machele, '"No fim não vai ficar nada"

[112] S. Dondeyne et al., 'Artisanal Mining in Central Mozambique: Policy and Environmental Issues of Concern', *Resources Policy*, 34, 1, Março de 2009, 45-50, https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2008.11.001

eram os indivíduos que exerciam negócios, directa ou indirectamente, ligados à extracção e comercialização de pedras preciosas. Num cenário de grande imigração masculina, observou-se também o envolvimento dos garimpeiros com as mulheres locais, a prostituição e casamentos prematuros.[113.]

A resposta do governo foi tardia, mas traduziu-se num aumento progressivo da presença policial e da repressão sobre a população, sobretudo porque os garimpeiros entraram em concorrência directa com os interesses das empresas mineiras já formalizadas. A atribuição de uma concessão mineira à empresa Mwiriti, cujo accionista maioritário é o general na reserva moçambicano Raimundo Pachinuapa (que mais tarde formou a Montepuez Ruby Mine em aliança com a empresa britânica Gemfields), foi um marco no aumento da violência policial. As forças de defesa e segurança lançaram acções repressivas, mas também extorquiram mineiros e comerciantes, limitando o acesso às minas ou condicionando-o ao pagamento de subornos. A violência culminou numa série de operações coordenadas e de grande envergadura, entre o final de 2016 e o início de 2017, com o objectivo de deter, expulsar ou expropriar quatro a seis mil pessoas da zona mineira,[114] a menos que provassem ser naturais da região. Muitos destes cidadãos expulsos abandonaram as suas casas, carros e outros bens na região e, por vezes, as suas famílias. A interrupção da exploração artesanal desencadeou a interrupção de inúmeras actividades económicas, seguindo-se a diminuição dos rendimentos e o aumento da "taxa de inactividade" na região, e o consequente sentimento de insegurança.

4.3 Aumento da procura de marfim

No século XX, a antiga prática de caçar elefantes para obter alimentos e marfim passou a ser regulamentada pelo governo central. A procura crescente de marfim nos mercados asiáticos transformou a caça furtiva de elefantes numa actividade muito lucrativa, adquirindo dimensões ambientais insustentáveis. Esta actividade era praticada, não só em toda a reserva das Quirimbas, mas também no noroeste da província, mais próximo da reserva do Niassa. A caça furtiva de elefantes era particularmente praticada por militares desmobilizados e portadores de armas de fogo. A actividade adquiriu maior intensidade a partir da viragem do milénio, devido ao aumento da procura de marfim no mercado asiático. Muitos operadores de exploração madeireira ilícita, que encontravam elefantes e rinocerontes durante as suas incursões na floresta, passaram a dedicar-se, em complementaridade, ao abate furtivo destes animais. Tal como no caso da exploração madeireira, a caça furtiva de elefantes e rinocerontes implicava o contacto prévio com o chefe local (o régulo), a contratação de um guia local e a realização das respectivas cerimónias tradicionais, pelo que a actividade passou a envolver as próprias comunidades. Os elefantes eram abatidos com métodos rudimentares de armadilha (fossos em forma de V ou cabos eléctricos). A caça ao rinoceronte era efectuada com armas de fogo pertencentes a unidades policiais e militares, envolvendo, portanto, profissionais das próprias forças de defesa e segurança.[115].

A cadeia do marfim era semelhante à da madeira. Alguns grupos estavam directamente envolvidos na caça de elefantes e rinocerontes. Outros, assumiam o papel de intermediários, comprando o marfim e vendendo-o a potenciais compradores, na sua maioria cidadãos asiáticos residentes na capital da província. A caça furtiva generalizada resultou numa diminuição

[113] Maquenzi e Feijó, 'A Maldição dos Recursos Naturais'
[114] Jornal Notícias, 'Garimpeiros Voltam a Pilhar Minas Em Namanhumbir', 11 de Setembro de 2018
[115] Maquenzi e Feijó, 'A Maldição dos Recursos Naturais'

acentuada, possivelmente para metade do número de elefantes na década até 2015.[116].

4.4 Aumento da procura de terras

O potencial turístico do Nordeste de Cabo Delgado (praias e ilhas de coral) fez com que o novo milénio trouxesse consigo uma maior procura de terras, sobretudo no litoral. Embora o mercado de terras seja proibido pela Constituição da República e pela Lei de Terras, vastas áreas costeiras foram comercializadas (restringindo o acesso às praias), incluindo ilhas ao longo do arquipélago das Quirimbas, e incluindo vendas através de portais de internet.[117] A linha costeira de Cabo Delgado emergiu como um segmento de turismo de luxo, apesar da falta de infra-estruturas de transporte e do ambiente de pobreza generalizada.

Na década de 2010, como resultado da exploração de gás natural e do desenvolvimento incipiente da indústria de GNL - não menos importante, as meras expectativas de um desenvolvimento rápido relacionado com o gás - a grande pressão sobre a terra intensificou-se. Em Dezembro de 2012, foi emitido um DUAT provisório (uma licença de uso da terra) para o projecto da fábrica de liquefacção de gás natural de 7.000ha na península de Afungi, no distrito de Palma, no nordeste de Cabo Delgado. O projecto implicaria a reinstalação de 663 agregados familiares. A forte pressão sobre a terra resultou num aumento dos respectivos valores de mercado. Observações no terreno permitiram verificar, no distrito de Palma, que pequenas parcelas de 600m^2, que em 2010 eram vendidas por 7 a 10 mil meticais (metical/USD era ca. 30/1), atingiram o mesmo valor em dólares três ou quatro anos depois. As populações locais de Palma queixavam-se de grupos de indivíduos oriundos de Pemba ou do planalto de Mueda, muitas vezes representando generais na reserva ou antigos combatentes da luta de libertação nacional, que adquiriram terras, muitas vezes sem consultar as populações ou mesmo recorrendo à ameaça. Muitos agentes imobiliários aproveitaram a sua proximidade do Estado, gerando um sentimento de insegurança, vulnerabilidade e injustiça social por parte das populações costeiras. A partir da análise do portal do cadastro mineiro em Moçambique, é possível constatar a forte pressão para a exploração dos recursos naturais na província, traduzindo-se numa forte competição pelo acesso à terra.

Esta situação gerou alguma agitação. Mais uma vez, os processos de reinstalação das populações foram, em geral, tensos, alimentando especulações sobre o calendário e o processo prático das indemnizações, bem como sobre a sua quantidade, sob a forma de pagamento em dinheiro ou de terras férteis.[118]. Tanto da parte da população, como da parte das organizações não-governamentais, há relatos de consultas manipuladas, de bloqueios no acesso à informação e à

---

[116] M. J. Chase et al., 'Continent-Wide Survey Reveals Massive Decline in African Savannah Elephants', *Peer J*, 4, Agosto de 2016, e2354, https://doi.org/10.7717/peerj.2354; V. R. Booth e K. M. Dunham, 'Elephant Poaching in Niassa Reserve,
Moçambique: Population Impact Revealed by Combined Survey Trends for Live Elephants and Carcasses', *Oryx*, 50, 1, Janeiro de 2016, 94-103, https://doi.org/10.1017/S0030605314000568

[117] RTP, 'A ilha moçambicana do Congo, à venda na Internet, está no topo das atenções', 3 de Julho de 2010, https://www.rtp.pt/ noticias/mundo/a-ilha-mocambicana-do-congo-a-venda-na-internet-esta-no-topo-das-atencoes_n357346; R. Senda, 'Ilhas Moçambicanas à Venda - a Estória Repete-Se Em Cabo Delgado', *Mediafax*, 27 de Outubro de 2017

[118] P. Velasco, 'Processo de reassentamento em Palma: longe do direito à informação!', *Sekelekani*, 12 de Maio de 2017,
https://sekelekani.org.mz/?s=Processo+de+reassentamento+em+Palma%3A+longe+do+direito+%C3%A0+informa%C3%A7%C3%A3o

liberdade de expressão, incluindo através de ameaças.[119] Surgiram conflitos inesperados entre as populações a reassentar e as populações residentes nos locais de destino, motivados por diferentes montantes de indemnização. Os reassentamentos resultaram no aumento da pressão sobre os recursos disponíveis, seja terra arável e lenha, mas também resultaram em conflitos políticos (entre líderes tradicionais), bem como conflitos culturais e espirituais, resultantes da perda de cemitérios, transferência de sepulturas e tratamento dado aos locais sagrados. Em 2022, foi atribuído um DUAT para uma área de 12.000ha ao Centro de Promoção do Desenvolvimento Económico em Cabo Delgado, a sul de Afungi, em pleno período de instabilidade militar, o que implicará o futuro reassentamento de centenas de famílias locais.

Com o objectivo de conseguir a adesão das populações, os discursos das autoridades durante o processo de reassentamento estavam repletos de promessas aliciantes relacionadas com o desenvolvimento, empregos, acesso a escolas e hospitais. Estes discursos optimistas foram responsáveis pela formação de expectativas sociais exageradas, como também aconteceu noutros locais em Moçambique.[120] A realização dos investimentos arrastou-se durante anos, a que se seguiram períodos de falta de informação fiável e atempada e disponível localmente, frustrando as expectativas da população.

4.5 O terreno sociopolítico tenso e o aparecimento dos Al-Shababs

A assinatura do Acordo Geral de Paz (AGP) não apagou a persistência de grandes tensões sociais e políticas no norte de Moçambique. A destruição da guerra e as reformas neo-liberais do final do século XX aumentaram a pobreza e as desigualdades sociais, formando um cenário fértil para o surgimento do que Carlos Serra chamou de "crenças anómicas de massa".[121] A transição para o novo milénio foi acompanhada por uma série de boatos populares, muitas vezes sobre ataques de animais selvagens ou raptos, principalmente em períodos de epidemias ou de escassez de bens de consumo, a que se seguiram motins e linchamentos.[122] O mito da "chupa sangue", originário da Zambézia, mas que mais tarde se estendeu a Nampula e Cabo Delgado, reflectia a crença de que o sangue das pessoas era extraído com seringas, durante a noite, para beneficiar interesses extracomunitários. A acção era frequentemente atribuída a funcionários do governo, incluindo funcionários da saúde, indivíduos ricos e/ou estranhos à comunidade.[123] A crença no mito gerou até linchamentos como reacção.

Do mesmo modo, na costa de Nampula, a população revoltou-se contra os funcionários do governo e pessoal das ONG, acusando-os de terem introduzido a cólera nas águas, o que mais tarde se estendeu a Cabo Delgado e ao Niassa. Os rumores surgiram num período de desemprego generalizado (agravado pela desindustrialização do sector do caju), de aparecimento de pragas nas culturas alimentares (mandioca) e na produção de caprinos, de alastramento da corrupção no frágil sector da saúde e de anúncio de casos de cólera.[124] Perante pedidos frustrados de apoio do

---

[119] Velasco, "Processo de reassentamento em Palma"; Salimo, "The Politics of LNG"

[120] Wiegink e García, "Surplus to Extraction"

[121] C. Serra, *Combates pela mentalidade sociológica: crenças anómicas de massa em Moçambique, seguido de mitos e realidades da etnicidade e de para um novo paradigma da etnicidade* (Universidade Eduardo Mondlane, Livraria Universitária, 1997), 27

[122] B. E. Bertelsen, 'Soberanias Múltiplas e Justiça Sumária em Moçambique. A Critique of Some Legal Anthropological Terms", *Social Analysis*, 53, 3, 2010, 123-47; B. E. Bertelsen, *Violent Becomings. State Formation, Sociality, and Power in Mozambique* (Nova Iorque e Oxford: Berghahn, 2016)

[123] Serra, *Combates pela mentalidade sociológica*, 51

[124] C. Serra, *Cólera e catarse: infra-estruturas sociais de um mito nas zonas costeiras de Nampula (1998/2002)*

Estado, a população desconfiou das ofertas públicas de cloro para prevenir a cólera, acusando o Governo, os chefes tradicionais e os líderes comunitários nomeados pelo Governo, bem como os funcionários das ONG, de propagarem a doença. Os alvos da revolta popular centraram-se nos actores mais próximos dos centros de poder e da modernidade, que se deslocavam de mota ou de automóvel[125].

Entre 2002 e 2003, os ataques de leões contra os aldeões do distrito de Muidumbe foram entendidos localmente como acções de feitiçaria levadas a cabo pelos agentes locais com poder económico. O administrador do distrito foi acusado de estar por detrás dos ataques e de ter vendido o distrito a brancos por três sacos de dinheiro.[126] Segundo os camponeses locais, o administrador praticava feitiçaria para enriquecimento próprio, criando empregos apenas para os familiares mais próximos.[127] O fim do período socialista significou a privatização dos recursos do Estado pelas elites locais, que passaram a obter rendimentos de relações clientelistas e rentistas com investidores estrangeiros, aumentando o seu poder à custa do enfraquecimento do Estado. As revoltas populares contra os mais poderosos foram uma reacção a fenómenos de diferenciação social e à ausência do Estado na regulação social. Para os aldeões, enquanto o administrador "comia bem", os administrados passavam fome, tinham medo de colher os alimentos e corriam o risco de serem atacados por leões[128].

Por outro lado, os períodos pré e pós-eleitorais geraram um discurso bastante violento entre os partidos Frelimo e Renamo, por vezes terminando em verdadeiras escaramuças, prisões ou assassinatos, sendo os mais notórios os assassinatos em massa em Montepuez em 2000,[129] em Mocímboa da Praia em 2005,[130] ou Mogincual em 2009. Invertendo o postulado de Clausewitz, a política representou, de facto, a continuação da guerra por outros meios nas décadas que se seguiram ao AGP. Os mapas eleitorais mostram que, enquanto a Frelimo encontrou forte apoio no planalto maconde (maioritariamente cristão), nas zonas costeiras (com forte presença de muanis, geralmente islâmicos) encontrou mais hostilidade.[131] Assim, as tensões políticas começaram a confundir-se com questões étnicas.[132] Embora todos os grupos etnolinguísticos sejam marcados

---

(Imprensa Universitária, Universidade Eduardo Mondlane, 2003), 32-33; 57

[125] Apanhados entre a pobreza e a modernidade, os rebeldes identificaram os seus bodes expiatórios, acusando-os de não fazerem algo de concreto que os beneficiasse. O Estado era simultaneamente percepcionado como desejado, mas também como distante, não-distributivo e insensível às necessidades locais, inclusive como uma entidade perversa e oportunista, que só se interessa pelos seus súbditos durante as eleições. Serra, *Cólera e catarse*, 9, 88-89

[126] P. Israel, 'The War of Lions: Witch-Hunts, Occult Idioms and Post-Socialism in Northern Mozambique", *Journal of Southern African Studies*, 35, 1, Março de 2009, 158, https://doi.org/10.1080/03057070802685627

[127] H. West '"Governem-se a vós mesmos!" Democracia e carnificina no Norte de Moçambique', *Análise Social*, 18, 2, 2008, 347-368

[128] H. G. West, *Kupilikula: Governance and the Invisible Realm in Mozambique* (Londres: University of Chicago Press, 2005)

[129] P. Nacuo, *Caso Montepuez - Grande Reportagem* (Maputo: Publicações Notícias, 2001)

[130] A. M. S. Santos, 'História, Memória e Violência: Changing Patterns of Group Relationship in Mocímboa da Praia, Mozambique" (tese de doutoramento, Universidade de Oxford, 2010), 246-50

[131] J. Feijó, "Assimetrias no acesso ao Estado: Uma Terra Fértil para a Penetração do Jihadismo Islâmico?", *Observador Rural*, 93, 2020, 1-46; L. de Brito, 'Geografia eleitoral e insurgência em Cabo Delgado' in S. Forquilha (ed), *Desafios para Moçambique 2020* (Maputo: IESE, 2021), https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/12/LBrito-Desafios-2020.pdf

[132] P. Israel, 'Kummwangalela Guebuza. The Mozambican General Elections of 2004 in Muidumbe and the Roots of the Loyalty of the Makonde People to Frelimo', *Lusotopie*, 13, 2, Outubro de 2006, 103-25, https://doi.org/10.1163/17683084-01302007

por elevados níveis de pobreza, o acesso a certos recursos públicos é concentrado na população maconde. Os beneficiários de pensões dos antigos combatentes são maioritariamente indivíduos deste grupo etnolinguístico. Um grupo relativamente restrito de famílias maconde revela uma grande capacidade de influência política, incluindo o acesso a licenças para a exploração de recursos naturais. Por outro lado, apesar de constituir a maioria da população em zonas costeiras, como Mocímboa da Praia, a população muani está sub-representada entre os funcionários públicos, onde predominam outros grupos etnolinguísticos, nomeadamente maconde e macua. Esta situação gera sentimentos de revolta entre os povos muani (islâmicos) do litoral.[133]

Os povos do litoral mantêm especificidades históricas, marcadas pela sua integração socioeconómica histórica com o Oceano Índico, com a África Oriental e o mundo árabe (e não com Maputo, 2.000 km a sul), emergindo como uma cultura especificamente costeira[134]. O Islão surge como uma forma de demarcação,[135] mas também de integração na sociedade. Nas mesquitas, as novas realidades eram reinterpretadas de acordo com velhas categorias, baseadas na ideia de que, ao longo da história, sempre chegaram indivíduos de fora para gerir os assuntos locais: "hoje, os novos brancos vêm todos de Maputo".[136] A religião passou a constituir um refúgio para propagar e exorcizar o pessimismo, mas também como "elemento politicamente desestabilizador".[137]

A penetração de grandes projectos gerou novas tensões. O fraco acesso à informação alimentou rumores, especulações diversas, sentimentos de discriminação e a eclosão de conflitos. O fluxo migratório é crescente, representando uma maior concorrência dos *vientes* (recém-chegados) com os nativos da região. Entre os jovens locais há a percepção de uma ameaça externa, alegando que as oportunidades beneficiam os do `Sul" ou de "Maputo", bem como os "estrangeiros". Apesar do aumento do investimento na região, a realidade é que, localmente, existe a convicção de que pouco foi feito a favor da população local, maioritariamente muçulmana. Este descontentamento aumenta a tensão social e a insegurança na região. Foi neste cenário que se registaram focos de distúrbios em diferentes aldeias do distrito de Palma. Em Maio de 2018, mais de uma centena de jovens reuniram-se na vila-sede do distrito protestando contra o alegado bloqueio de oportunidades de trabalho nas obras de construção civil em curso, alegando que tais oportunidades eram exploradas por indivíduos do Sul, apesar de cerca de metade da mão-de-obra contratada pela empresa construtora ser natural da região.[138] Grupos de jovens envolveram-se em tentativas de parar a construção de infra-estruturas sociais em protesto contra alegados despedimentos e cortes ilegais nos salários, e contra a discriminação salarial, por não terem formação, logicamente na sequência da ausência de escolas e universidades. Com uma pirâmide demográfica muito jovem, a juventude em situação de espera[139] destaca-se: nutre fortes

---

[133] Feijó, "As assimetrias no acesso ao Estado: Um Terreno Fértil para a Penetração do Jihadismo Islâmico?", 36

[134] Conceição, *Entre o mar e a terra*, 153

[135] O Islão afirma-se como a oposição entre um mundo costeiro (auto-representado como mais cosmopolita, sofisticado e civilizado) e um mundo interior mais cristão e animista, camponês e considerado menos letrado

[136] Conceição, *Entre o mar e a terra*, 185

[137] Ibid., 185

[138] Savana, "Alta Tensão Laboral Agita Palma", *Savana*, 26 de Outubro de 2018, 9

[139] O conceito de "waithood" descreve os jovens antes da idade adulta, num ´estado de limbo´ e "confrontados com as dificuldades de integração no mercado de trabalho, de obtenção de rendimentos e, portanto, de possibilidade de consumo e reprodução social, ou mesmo de participação cívica" (J. Feijó, J. Maquenzi e A. R. Agy, "Ingredientes para uma revolta juvenil - Pobreza, sociedade de consumo e expectativas frustradas", *Observador Rural, OMR*, 121, 2022)

sentimentos em relação ao Estado, devido à sua falta de protecção e de bem-estar, mas também por este ser incapaz de fornecer serviços de educação que os tornem competitivos no mercado. Acrescente-se a isso o sentimento de ameaça por parte do próprio Estado, quando os respectivos agentes de autoridade passaram a perseguir os jovens que exercem actividades informais, na mineração, no comércio, como transportadores, etc.[140].

Num contexto de penetração de numerosos grupos religiosos e de estreita concorrência entre eles, a partir de finais dos anos 2000, começaram a surgir algumas seitas islâmicas no Nordeste do país.[141] Os jovens moçambicanos, muitas vezes com experiência migratória em países da África Oriental, construíram as suas mesquitas, autodenominando-se Al-Sunnah Wal-Jamâa ou, mais popularmente, Al-Shabab. O grupo rejeitava as instituições do Estado laico, proibindo o acesso a instituições laicas ao nível da justiça, da saúde e da educação, bem como o pagamento de impostos, a participação em processos eleitorais, recenseamentos ou cerimónias oficiais organizadas pelo Governo. Em alternativa, defendiam a construção de uma sociedade baseada no que designavam por Sharia ou Lei Islâmica. Entrando em conflito com as comunidades religiosas de origem, o grupo foi denunciado ao Estado moçambicano pelas estruturas locais do Conselho Islâmico de Moçambique (CISLAMO), tendo o Estado encerrado mesquitas e detido os seus seguidores. O grupo desenvolveu uma componente armada, fornecendo treino militar aos seus membros, e realizou o primeiro ataque em Outubro de 2017 na principal cidade de Mocímboa da Praia. Inicialmente, os alvos eram apenas as forças de defesa e segurança. Mais tarde, passou a atacar funcionários do Estado, bem como quem os denunciasse ao governo moçambicano.[142] Finalmente, todos os que não aderissem ao grupo passaram a ser alvos.

Os canais utilizados para apresentar as suas reivindicações consistem, sobretudo, em pequenas palestras após os ataques, sessões de doutrinação dos indivíduos capturados, mas também mensagens e pequenos vídeos que circulam nas redes sociais. Das mensagens divulgadas nestes momentos, é possível observar que o grupo prega a prática do islamismo fundamentalista, apesar de não ter uma elaboração teológica sofisticada ou uma ideologia política bem definida. O grupo adopta um discurso de propaganda antigovernamental, que considera responsável pela exclusão social e pela injustiça. Problemas como o desemprego, a pobreza e a desigualdade, a corrupção generalizada, a injustiça social ou a exclusão política são considerados da responsabilidade do governo de Maputo, apontando o actual presidente de Nyusi.

Como qualquer movimento de guerrilha, o comportamento dos Al-Shababs oscila entre o de Dr. Jekyll e o de Mr. Hyde. Fenómenos de profunda violência (assassinatos, raptos ou casamentos forçados) com o objectivo de conquistar o medo e a obediência das populações, são combinados com relatos de apoios económicos a jovens empresários fiéis à insurreição e bem acções de caridade para os mais desfavorecidos, a troco de colaboração.[143]. O discurso religioso articula-se com um discurso nacionalista ("Implementem a religião muçulmana, porque a terra é nossa") e com a primazia dos locais no acesso aos recursos de poder. De uma forma populista, ensina-se que o grupo pretende controlar a *campuni iamafuta* (empresa petrolífera) e distribuir empregos entre os "donos da terra", em vez dos "*kafirs* de Maputo". Segundo os participantes nas sessões de doutrinação, o seu argumento mais sedutor é a defesa da primazia dos locais na distribuição

[140] Feijó, Maquenzi e Agy, "Ingredientes para uma Revolta Juvenil"
[141] E. Morier-Genoud, 'The Jihadi Insurgency in Mozambique: Origins, Nature and Beginning", *Journal of Eastern African Studies*, 14, 3, Julho de 2020, 396-412, https://doi.org/10.1080/17531055.2020.1789271
[142] Ibid.
[143] Feijó, 'Do "Inimigo sem Rosto" à Hipótese do Diálogo: Identidades, Pretensões e Canais de Comunicação com os Machababs", *Destaque Rural, OMR*, 130, 2021, 1-12

dos empregos[144].

REFLEXÕES FINAIS

Contrariamente à interpretação dominante de uma província marcada pela pobreza, Cabo Delgado constitui um território muito rico em recursos naturais. Estes foram de tal forma cobiçados pelos estrangeiros e pelas elites regionais que a extracção de recursos se tornou a engrenagem em torno da qual gira a economia política da província, embora com actores, mercados e mercadorias em mutação. Ao longo dos últimos séculos, a procura internacional de recursos (mão-de-obra, marfim, algodão, pedras preciosas, madeira e terra) teve um impacto profundo nas micro-sociedades do norte de Moçambique. Este processo de integração dos povos de Moçambique na economia global foi marcado por quatro características principais.

Em primeiro lugar, assumiu um carácter profundamente extractivista e extrovertido, visando a exploração e exportação de recursos de acordo com os interesses das economias internacionais, em função das exigências dos respectivos mercados, que o país nunca controlou. As populações locais especializaram-se na extracção desenfreada de recursos e posterior canalização para o exterior, muitas vezes de forma clandestina, quer através dos portos, quer através das fronteiras terrestres e aéreas. Através destas actividades extractivas, os camponeses moçambicanos encontraram actividades complementares à agricultura, permitindo o seu próprio financiamento. O período pós-independência não alterou a lógica extractivista, mantendo-se a economia da província dependente da exploração de mão-de-obra, desta vez pelas empresas estatais (que substituíram os antigos colonatos) ou, mais tarde, da exploração de recursos naturais para satisfazer a procura externa. A interrupção abrupta destas actividades (através da operação de expulsão dos mineiros de Montepuez, da Operação Tronco ou das operações de queima do marfim) teve um impacto na lógica de sobrevivência histórica do campesinato.

Em segundo lugar, longe de constituir um processo simplesmente comandado a partir do exterior, este processo extractivo contou com uma ampla e profunda colaboração local, incorporando estas práticas no sistema moçambicano de relações sociais. A exploração destes recursos só foi possível à custa da existência de grandes cadeias locais que dela beneficiaram. Os actores mais próximos do Estado, os régulos, no tempo colonial, e os comissários políticos e secretários dos grupos dinamizadores, no período pós-independência, e hoje, antigos combatentes, funcionários públicos e secretários do partido Frelimo, estabeleceram-se em relações clientelistas com o Estado. Estes intervenientes sociais tiraram partido da sua proximidade do Estado, tornando-se guardiões de recursos externos (investidores estrangeiros ou ajuda) e das populações locais. Embora existam formas subtis de resistência nesta relação, ela é marcada, sobretudo, pela colaboração. No topo desta cadeia, formaram-se elites rentistas nacionais que serviram de guardiãs para o grande capital internacional (com o qual se estabeleceram em consórcio, geralmente de forma pouco transparente) e o interior local. Ao longo dos últimos séculos, Moçambique tem-se auto-extraído em benefício das classes dominantes do momento. A mudança de regimes políticos levou a uma mudança de actores estatais, sem que se verificassem alterações profundas na economia política da região, muito dependente da exploração dos recursos naturais. As mudanças de regime foram responsáveis pela reconfiguração das relações de poder e pela entrada de novos actores políticos de relevo, agravando as clivagens sociais. A

[144] J. Feijó, "Caracterização e Organização Social dos Machababos a partir dos Discursos das Mulheres Raptadas", *Observador Rural*, 109, 2021, 1-30; Feijó, "Do "Inimigo sem Rosto" à Hipótese do Diálogo"

proeminência de generais maconde entre as novas elites político-económicas nacionais confere-lhes um papel decisivo no acesso aos recursos do Estado, alimentando antigas tensões e conflitos entre as populações do litoral (maioritariamente muanis e muçulmanos) e do interior (maconde e cristãos). A história demonstra que a exploração dos recursos naturais num cenário de um Estado frágil capturado por elites políticas reproduziu as desigualdades sociais.

Em terceiro lugar, esta integração de Moçambique na economia global foi um processo historicamente marcado pela violência, que assumiu múltiplas formas, desde o rapto, trabalhos forçados e deslocações, castigos corporais, ameaças e outras formas de repressão. A experiência da desterritorialização acompanha assim a memória de uma parte significativa da população de Cabo Delgado. Invariavelmente, as elites centrais, que capturaram um Estado enfraquecido, impuseram modelos de desenvolvimento de cima para baixo, com possibilidades limitadas de participação e consulta local.

Por fim, se esta penetração gerou uma ampla colaboração, que a tornou possível, ela foi cheia de resistências baseadas principalmente na sabotagem, no cinismo social, na desobediência subtil ou na calúnia e que, por vezes, assumiram formas violentas. O cenário de desigualdades no acesso aos recursos de poder, devido à proximidade do Estado e de profundos fenómenos de exclusão social, gerou uma convicção, amplamente partilhada, de que o país é rico em recursos naturais, mas que os beneficiários são poucos.[145] Apesar da existência de discursos políticos distintos, grupos armados, como a Frelimo, a Renamo ou os Al-Shababs foram particularmente hábeis na exploração destas clivagens sociais. Num cenário de inexistência de canais de participação social e de acesso à justiça, a violência foi sendo entendida, ao longo de várias gerações, como o canal de participação disponível, incorporando-se, assim, em vários sectores da sociedade. As condições estruturais da economia política moçambicana constituíram um terreno fértil para a formação de organizações violentas com uma componente anti-estatal. De inspiração marxista, democrática ou religiosa, os vários movimentos de guerrilha revelaram-se capazes de adaptar os respectivos discursos aos problemas locais.

[145] J. Rantala, 'Grande Riqueza, Poucos Beneficiários: Percepções Locais da Gestão dos Recursos Naturais em Moçambique', Relatório de investigação (Maputo: IESE, 2022), https://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2022/10/research-report-portuguese-vers.pdf

LISTA DOS ÚLTIMOS 20 TÍTULOS PUBLICADOS PELO OMR DA SÉRIE OBSERVADOR RURAL*			
Nº	**Título**	**Autor(es)**	**Ano**
160	Sistemas de produção e de subsistência para a promoção da segurança alimentar, alívio da pobreza e conservação da biodiversidade ao longo do estuário do rio Limpopo	Nehemias Lasse, Máriam Abbas e Arsénio Jorge	Novembro de 2025
159	Implicações da importação de arroz na produção orizícola no delta do Zambeze	Nelson Capaina	Outubro de 2025
158	Melhorar a agro-ecologia urbana: medindo o nível de transição agroecológica dos pequenos agricultores em Maputo, Moçambique	Andrea Santopaolo Junho de 2025 e Alberto Manuel Luís	Setembro de 2025
157	Intrusão Salina no Regadio do Baixo Limpopo: Vulnerabilidade e Opções de Adaptação da Agricultura Familiar	Nehemias Lasse	Junho de 2025
156	Niassa: de terra esquecida à hospedeira de corrida predadora e silenciosa aos recursos naturais	Natacha Bruna e Alberto Tovele	Maio de 2025
155	Desenvolvimento rural territorial – O caso do distrito de Cuamba	Nelson Capaina	Abril de 2025
154	Mozambique's Decentralisation Debate	Brian Noris	Março de 2025
153	Análise do impacto dos factores de adopção de semente certificada: casos do milho (Sussundenga) e do arroz (Chokwé)	Yara Nova e Ronaldo Teixeira	Fevereiro de 2025
152	Multidisciplinaridade das causas e dos conflitos. O caso de Moçambique	João Mosca	Dezembro de 2024
151	As novas fronteiras do carvão em moatize: conflitualidades e crise de reprodução social entre as famílias "camponesas"	Alberto Tovele	Dezembro de 2024
150	Experiências de violência em cabo delgado: o passado e o presente de mulheres afectadas pelo conflito armado	João Feijó e Neuza Balane	Novembro de 2024
149	A integração socioeconómica das mulheres deslocadas internamente devido ao conflito em Pemba, Cabo Delgado	Daniel Missell	Outubro de 2024
148	Factores determinantes de preços de produtos alimentares na cidade de Maputo	Rabia Aiuba	Setembro de 2024
147	O conceito de camponês e a realidade de Moçambique numa perspectiva de longa duração	João Mosca	Agosto de 2024
146	Avaliação do impacto do desmatamento e degradação floresta nos meios de subsistência das famílias rurais da província do Niassa, norte de Moçambique	Aires Afonso Mbanze e Cremildo Ribas Dias	Julho de 2024
145	Uma fraude chamada ensino primário público? Reprodução de diferentes níveis da cidadania e comprometimento de um projecto de unidade nacional	João Feijó e Neuza Balane	Junho de 2024
144	Moçambique mais subdesenvolvido um revisitar teórico sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento	João Mosca	Maio de 2024
143	Configuração da estrutura económica de Moçambique Numa perspectiva de longa duração	João Mosca	Abril de 2024
142	Bases para a elaboração de um índice de dependência externa. Exemplo de Moçambique	João Mosca, Yara Nova e Rabia Aiuba	Março de 2024
141	Análise do projecto SUSTENTA (2017-2019)	Nelson Capaina, Yara Nova e João Mosca	Fevereiro de 2024

*Para acessar aos restantes textos da série Observador Rural, visite a nossa página web pelo link: https://omrmz.org/observador-rural

O OMR é uma Associação da sociedade civil que tem por objectivo geral contribuir para o desenvolvimento agrário e rural numa perspectiva integrada e interdisciplinar, através de investigação, estudos e debates acerca das políticas e outras temáticas agrárias e de desenvolvimento rural.

O OMR centra as suas acções na prossecução dos seguintes objectivos específicos:

- Promover e realizar estudos e pesquisas sobre políticas e outras temáticas relativas ao desenvolvimento rural;
- Divulgar resultados de pesquisas e reflexões;
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, seja através de comunicados de imprensa como pela publicação de textos;
- Constituir uma base de dados bibliográfica actualizada, em forma digitalizada;
- Estabelecer relações com instituições nacionais e internacionais de pesquisa para intercâmbio de informação e parcerias em trabalhos específicos de investigação sobre temáticas agrárias e de desenvolvimento rural em Moçambique;
- Desenvolver parcerias com instituições de ensino superior para envolvimento de estudantes em pesquisas de acordo com os temas de análise e discussão agendados;
- Criar condições para a edição dos textos apresentados para análise e debate do OMR.

Patrocinadores:

EMBAIXADA DA NORUEGA

Suécia
Sverige

Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar
Maputo – Moçambique
www.omrmz.org